



RELATÓRIO GRI DE SUSTENTABILIDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 2011



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PREFEITO	4
SOBRE O RELATÓRIO	7
Reportando Sustentabilidade.....	7
O Relatório GRI e o Plano Estratégico.....	8
Abrangência e Materialidade	8
<i>Tabela 1 - Principais Desafios em Relação ao Desenvolvimento Sustentável</i>	9
PARA COMEÇAR UM POUCO DE HISTÓRIA	11
A PREFEITURA E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO	12
VISÃO DE FUTURO	14
GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	16
Estrutura de Governança	16
Características da Administração Indireta.....	18
Gestão de Riscos.....	19
Transparência e Prestação de Contas.....	19
Movimento Rumo ao Desenvolvimento Sustentável	20
Plano Estratégico Rio pós 2016	22
GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	24
Eficiência Administrativa	24
Sistema de Gestão	24
Relacionamento com Partes Interessadas	25
Gestão de Recursos Financeiros	26
<i>Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado (em milhares de reais)</i>	26
<i>Tabela 3 - Limites Legais para o Endividamento Público Municipal e Resultados da Prefeitura</i>	29
Gestão de Recursos Humanos	30
<i>Tabela 4 - Distinção entre Número de Servidores e Matrículas na Administração Direta</i>	31
<i>Tabela 5 - Número de Matrículas por Gênero</i>	31
<i>Tabela 6 - Número de Matrículas por Faixa Etária</i>	31
<i>Tabela 7 - Servidores por Tipo de Contrato (Período)</i>	32
<i>Tabela 8 - Média de Horas de Treinamento por Servidor</i>	32
<i>Tabela 9 - Exemplos de Programas de Saúde da Prefeitura</i>	35

Gestão de Recursos Naturais	36
<i>Tabela 10 - Projetos de Eficiência Energética em 2011</i>	37
<i>Figura 1 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro</i>	39
<i>Tabela 11 - Balanço Hídrico na Bacia do Rio Guandu</i>	40
<i>Tabela 12 - Captação Hídrica Outorgada na Cidade do Rio de Janeiro</i>	41
<i>Tabela 13 - Principais Materiais Utilizados na Prefeitura</i>	42
<i>Tabela 14 - Materiais Adquiridos pela Prefeitura, Utilizados na Cidade</i>	42
INTEGRAÇÃO URBANA	43
Ocupação Urbana Aliada à Conservação Ambiental	43
Proteção de Áreas Verdes na Cidade.....	48
<i>Figura 2 - Corredores Verdes.</i>	50
Soluções Para os Resíduos Sólidos	50
Menos Co ₂ Na Atmosfera, Mais Mobilidade Nas Ruas	54
<i>Figura 3 - Inventário de Emissões de GEE na Cidade do Rio de Janeiro (2005)</i>	55
Cidade em Ordem	58
Saúde Para Todos	60
Educação de Qualidade	63
Cultura Como Eixo de Desenvolvimento e Sustentabilidade	67
RIOFILME	70
FUNDAÇÃO PLANETÁRIO	70
Geração de Trabalho e Renda.....	72
Garantia de Direitos	74
Inclusão Social por Meio do Esporte e Lazer.....	75
Desenvolvimento por Meio do Turismo	77
PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS	79
ÍNDICE REMISSIVO GRI	80
DECLARAÇÃO GRI	85
TABELA DE SIGLAS	86
CRÉDITOS	89





[GRI]

Os indicadores do *Global Report Initiative* - GRI estão numerados e grifados em vermelho.

Essas marcações possibilitam a identificação dos itens de perfil, governança e desempenho que fazem parte do Relatório GRI de Sustentabilidade da Prefeitura do Rio.

MENSAGEM DO PREFEITO

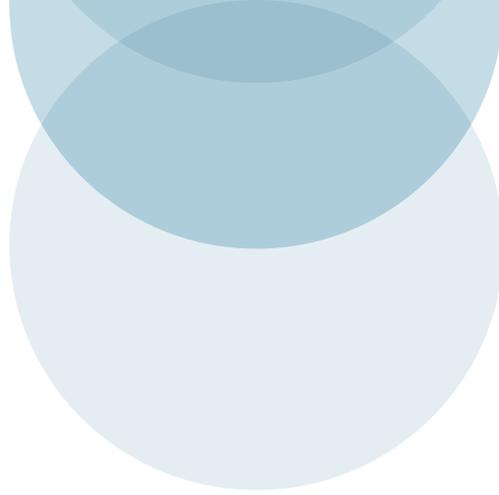
A Cidade do Rio de Janeiro vive um momento único e tem a missão de aproveitar ao máximo essa oportunidade histórica. A Rio+20, neste ano, a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, representam uma era de transformação. Iniciamos esse processo com êxito e os sinais de progresso são positivos. A cidade começa a se reinventar. O sonho olímpico, que inspira tantos atletas e espectadores, simboliza esse ideal.

O Rio é a cidade do encontro, do mar com a montanha, da metrópole com a natureza, do moderno e do antigo, das desigualdades sociais que devem ser reduzidas. A cidade deve buscar o equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental para evoluir de forma justa. Em outras palavras, buscar sua sustentabilidade, um dos alicerces dessa transformação.

Monitorar, avaliar e reportar práticas sustentáveis é vital para consolidá-las. Nessa trajetória, foco, transparência e engajamento são valores importantes, para o atleta na raia olímpica, para o servidor público e para o cidadão – todos se revezam nessa maratona. Essa prática, advinda do setor privado, deve se disseminar como instrumento de gestão na administração pública.

A publicação deste primeiro Relatório de Sustentabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), é um passo importante. Sintetiza, em um documento, o esforço coletivo de reflexão, avaliação e reconstrução da cidade. [\[1.1\]](#)

EDUARDO PAES
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro



“Um experimento é uma pergunta que a ciência faz à natureza, uma medida é a gravação da resposta da natureza.”

Max Planck – Físico Alemão

O mundo discute a elaboração de um denominador comum na avaliação do progresso em direção à sustentabilidade. A mensuração e monitoramento de nossas ações nos permite avaliar e aprimorar rumos na busca do bem-estar. O desafio tem sido o de construir métodos eficazes para esse acompanhamento.

A Prefeitura do Rio de Janeiro inova ao publicar seu primeiro Relatório de Sustentabilidade pela metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, inspirada nas principais organizações do setor privado do mundo. É uma prática pioneira na gestão pública. Menos de 2% dos relatórios de sustentabilidade registrados pela GRI são publicados por instituições governamentais. Esperamos que o exemplo se dissemine entre os administradores públicos.

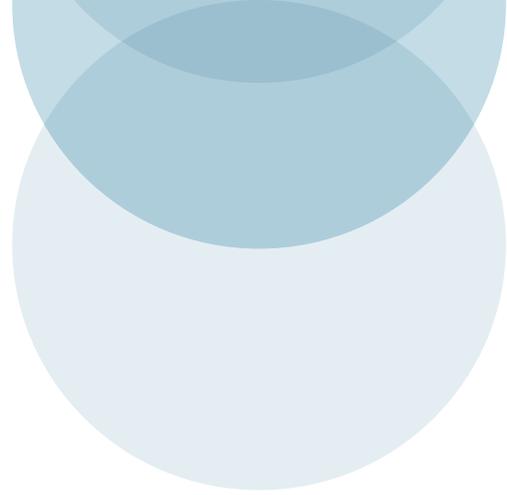
As diretrizes estabelecidas pela GRI são aliadas na busca dos princípios da administração pública, como eficiência, publicidade e impessoalidade. O processo é mobilizador e na Prefeitura do Rio de Janeiro, a experiência se mostrou enriquecedora e estruturante.

Devemos prosseguir na iniciativa para aprimorar o nível de transparência, a qualidade e a abrangência das informações. Sem receio de observar deficiências e identificar virtudes. A principal resultante desse processo é a multiplicação da reflexão sobre sustentabilidade entre os servidores da administração pública, entre os atores e colaboradores do setor privado, do terceiro setor e os cidadãos cariocas.

RODRIGO ROSA

Assessor Especial do Gabinete do Prefeito

Coordenador do Relatório GRI de Sustentabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro



O mundo se encontra na cidade do Rio de Janeiro

Passados 20 anos da Rio 92, um marco na história da sustentabilidade mundial, novamente o Rio de Janeiro abre seus braços para receber, desta vez, a Rio +20.

O encontro, que conta com uma grande agenda positiva, traz também algumas boas novas. Uma delas é o Relatório de Sustentabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Ele foi desenvolvido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e é fruto da visão estratégica da Prefeitura, alinhada com o que a cidade está construindo e desejando para o seu futuro nos próximos anos.

Uma iniciativa como esta não poderia deixar de contar com o apoio do Instituto Humanitare, que tem como uma das suas diretrizes promover a união e a solidariedade, por meio dos princípios e propósitos universais, conectando os indivíduos ao institucional e incentivando a formação e o reconhecimento de novas lideranças. Trabalhamos para ajudar a criar modelos multiplicadores e lideranças globalmente responsáveis que visem impactar de modo positivo a governança e as políticas públicas como forma de alavancar ações transformadoras.

Com certeza, este relatório irá orientar outras iniciativas e ajudar a construir laços entre todos os habitantes da cidade, para que, juntos, possam trabalhar e alcançar o desenvolvimento e o crescimento sustentados que o Rio de Janeiro tanto almeja.

SHEILA PIMENTEL
Presidente do Instituto Humanitare

SOBRE O RELATÓRIO

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro publica o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Este documento compreende o período de janeiro a dezembro de 2011, sendo a periodicidade bienal.

Numa linha de evolução, neste ano, optou-se pelo nível de aplicação C autodeclarado com *check* da GRI, entretanto, a Prefeitura está comprometida com a melhoria contínua na qualidade do processo relato. Para próxima publicação, espera-se a asseguarção externa do Relatório.

Este relatório foi publicado, nos idiomas português e inglês, em versões completa e resumida e uma versão completa, na *web*, que permite total acessibilidade ao leitor. Para conhecimento das diretrizes e dos indicadores GRI utilizados neste relato, acesse www.globalreporting.org. [3.1; 3.2; 3.3]

REPORTANDO SUSTENTABILIDADE

O desafio das grandes cidades em direção ao desenvolvimento sustentável tem mobilizado governos, estimulando o trabalho que converge as políticas e a gestão pública com as boas práticas de sustentabilidade. Grandes eventos da Organização das Nações Unidas (ONU), como a ECO 92 e a CMDS (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável), em 2002, trouxeram, à tona, a urgência em rever as agendas dos governos que têm a responsabilidade cívica de gerir adequadamente os bens e recursos públicos.

Nessa direção, a GRI criou a versão-piloto do suplemento setorial que aborda temas específicos sobre a eficiência administrativa do setor público. A proposta é o reporte transparente das práticas da organização e mostrar como essas práticas se relacionam com as políticas públicas. Além disso, o Relatório GRI permite centralizar as informações sobre sustentabilidade em um documento, o diálogo com as partes interessadas e, ainda, a melhoria contínua de gestão.

Buscando atingir esse objetivo, a Prefeitura reúne neste relatório, suas práticas de gestão interna, bem como demonstra suas estratégias para administrar os recursos públicos em benefício dos cidadãos em dois capítulos centrais, subdivididos em Eficiência Administrativa e Integração Urbana, relativizando como a gestão estratégica proposta pelo governo atual interfere na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população carioca.

O RELATÓRIO GRI E O PLANO ESTRATÉGICO

A escolha do Protocolo GRI, como metodologia de relato, objetiva a prestação de contas e identifica aspectos que possam ser aprimorados sob uma plataforma convencionada globalmente e que possibilita a comparabilidade das práticas e desempenho. A publicação do relatório complementa o trabalho iniciado, em 2009, quando a Prefeitura elaborou seu primeiro Plano Estratégico – construído a partir do diálogo com diversos *stakeholders* – estabelecendo em sua Visão de Futuro que, para recuperar o dinamismo econômico e o protagonismo político do Rio é preciso torná-lo uma referência em sustentabilidade e, sobretudo, melhorar as condições de vida da população.

Assim, dentre as diversas iniciativas da Prefeitura, o presente Relatório de Sustentabilidade busca demonstrar ainda mais o profissionalismo e a transparência de sua administração. Para tal, apresenta a forma de gestão e desempenho da Prefeitura sobre os aspectos econômico, ambiental e social, e como sugere o suplemento setorial da GRI, apresenta as políticas públicas que tornam possível a expansão dos temas para todos os cidadãos.

O presente relatório visa fomentar o diálogo com todas as partes interessadas da Prefeitura, assim identificadas pela Casa Civil no Planejamento Estratégico. Essas partes interessadas, ou *stakeholders*, são os grupos considerados como fundamentais para que a Prefeitura seja bem sucedida em sua administração, tais como: os servidores, fornecedores, outros órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas, associações comerciais, entre outros, mas, sobretudo os cidadãos da Cidade do Rio de Janeiro. **[3.5, 4.15]**

A definição dos temas para compor a estrutura do relatório considerou uma pesquisa realizada com os principais *stakeholders* *(veja o resultado da pesquisa na página 9)*. Também, alinhados às práticas da gestão pública são apresentados os resultados do Plano Estratégico nos últimos três anos e ainda, os principais desafios e oportunidades da gestão pública municipal, as ações já realizadas e as propostas para os próximos anos.

ABRANGÊNCIA E MATERIALIDADE

O escopo do relatório abrange as organizações que compõem a Administração Direta e Indireta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **[3.6;3.8]**

A definição da estrutura e do conteúdo, incluindo os indicadores de desempenho (materialidade), considerou os princípios e objetivos de atuação da Prefeitura, conforme estabelecido no Plano Estratégico, as expectativas dos *stakeholders* e a disponibilidade de dados e informações. **[3.5; 4.17]**

Esse processo ocorreu da seguinte forma:

I) APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DA GRI E DEFINIÇÃO CONCEITUAL DO RELATÓRIO

Por meio de reuniões entre consultores externos e a coordenação do projeto pela Prefeitura, foi definido o cronograma de trabalho e a composição do Conselho Relator, grupo responsável pela viabilização da coleta de informações e tomada de decisões estratégicas. Adicionalmente, foram apresentadas as implicações da publicação do Relatório de Sustentabilidade no padrão da GRI.

II) DEFINIÇÃO DO ESCOPO

II.A) MATERIALIDADE INTERNA

Foram realizados *workshops* junto ao Conselho Relator e outros servidores municipais para definição dos temas e indicadores considerados mais relevantes, bem como a disponibilidade de dados e informações. Ao todo foram selecionados 48 indicadores, entre os quais, conseguiu-se reportar 46 plenos e mais 14 parciais (3.7).

II.B) MATERIALIDADE EXTERNA

Buscando a participação de diferentes grupos sociais, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro consultou, por meio de uma pesquisa na internet, órgãos públicos, empresas privadas, associações comerciais, universidades, organizações não governamentais, entre outros, totalizando mais de 60 instituições respondentes. Na pesquisa, buscou-se identificar as principais percepções e expectativas desses *stakeholders* com relação à publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade da PCRJ e o papel da mesma no contexto do Desenvolvimento Sustentável de modo geral.

Os três principais desafios em relação ao Desenvolvimento Sustentável, considerados pelos entrevistados, foram: eficiência administrativa (16,7%), mobilidade urbana (14,3%) e saneamento básico (11,9%). A pesquisa apontou os seguintes temas prioritários para o relatório (4.17):

Tabela 1 - PRINCIPAIS DESAFIOS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PRINCIPAIS TEMAS	PERCENTUAL
Planejamento Urbano	67,9%
Mobilidade Urbana	64,3%
Gestão de Resíduos Sólidos	50,0%
Transparência e Divulgação de Resultados	50,0%
Planejamento Estratégico	39,3%
Gestão do consumo de água e geração de efluentes	35,7%

Fonte: Pesquisa às Partes Interessadas (PCRJ).

II.C) BENCHMARKING

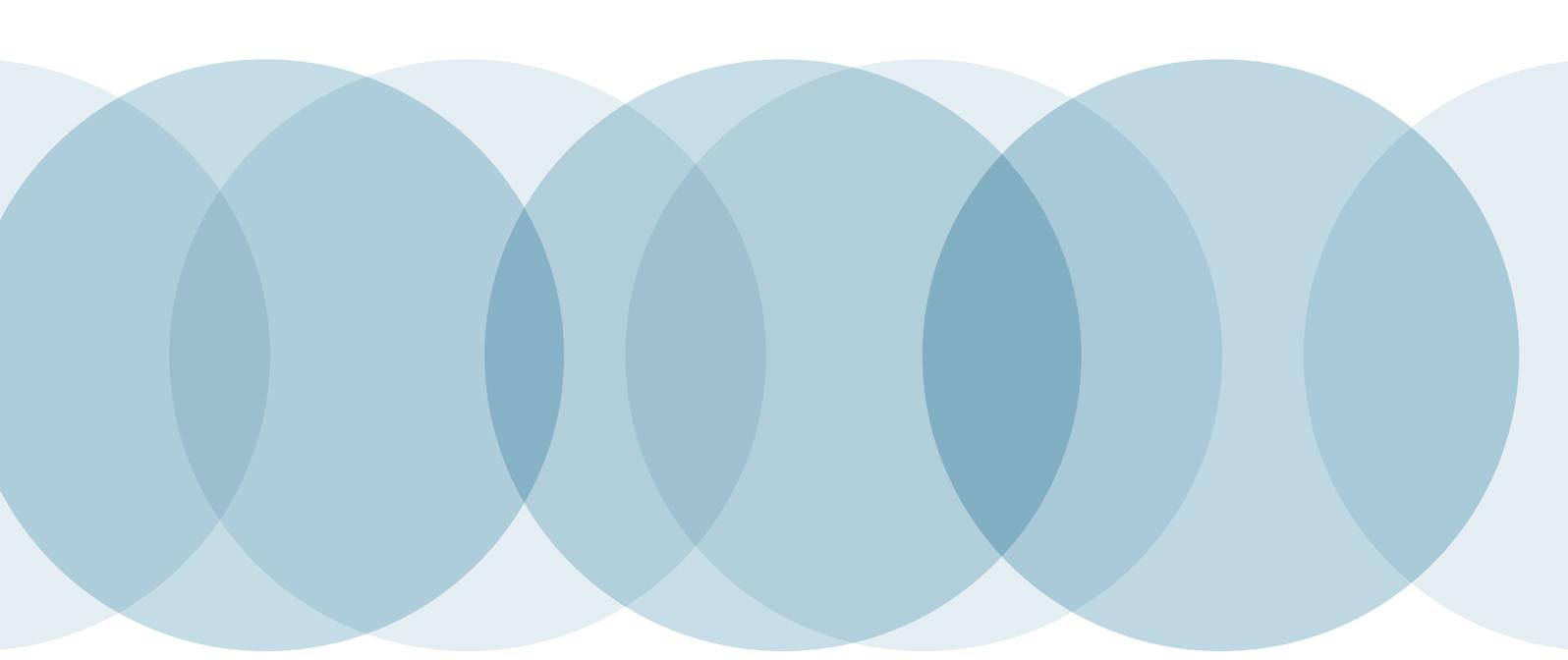
A comparabilidade dos relatórios publicados por outras prefeituras no mundo, seguindo as diretrizes da GRI, permitiu a análise de abrangência, materialidade e aplicação do Suplemento Setorial direcionado a órgãos públicos, possibilitando utilizar o aprendizado no relato da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E com base nessa sobreposição de interesses e referências, foram definidos os indicadores a serem reportados.

III) COLETA DE DADOS E REVISÃO FINAL

III.A) Indicadores GRI: A coleta dos dados e informações mobilizou cerca de 100 respondentes de todas as Secretarias da Administração Direta e Empresas Públicas, Autarquias e Fundações da Administração Indireta.

Por se tratar do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Rio de Janeiro, identificamos dificuldade no processo de coleta das informações, devido à mobilização de um número significativo de pessoas sem comprometer o andamento das atividades diárias. No entanto, consideramos que todas as dificuldades nos serviram de aprendizado para aperfeiçoar a elaboração dos próximos relatórios.

III.B) Entrevistas: As informações também foram coletadas por meio de 22 entrevistas realizadas com representantes dos seguintes órgãos e instituições: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Defesa Civil, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Cultura, Secretaria de Ordem Pública, Secretaria de Esporte Lazer, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Administração, Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana (CADEGOM), Casa Civil, Gabinete do Prefeito, Instituto Pereira Passos e Fundação Planetário.



PARA COMEÇAR UM POUCO DE HISTÓRIA

A 'Cidade Maravilhosa' como é conhecida a cidade do Rio de Janeiro em todo o mundo, foi fundada oficialmente, em 1º de março de 1565, por Estácio de Sá, mas já era disputada por franceses e portugueses, há 10 anos. Sua riqueza natural e privilegiada localização contribuíram para a decisão estratégica da corte portuguesa em torná-la a Capital do Império.

Com o passar dos anos, a infraestrutura da cidade foi desenvolvida com edificações fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da época, e que

resistem até hoje. Alguns pontos que resgatam essa memória são os Arcos da Lapa, onde se localizava o aqueduto responsável pelo abastecimento de água da cidade; e o Porto do Rio de Janeiro, o principal centro exportador e importador para as vilas de Minas Gerais, por onde saíam ouro e diamantes e entravam escravos e diversos produtos manufaturados.

Nos últimos três anos, a revitalização da região portuária vem buscando resgatar a importância dessa área que conta mais que a história do Rio, também faz parte do projeto de crescimento socioeconômico e cultural da cidade para as próximas décadas. [Veja o Projeto Porto Maravilha – Página 45](#)

A cidade do Rio de Janeiro, hoje com 447 anos, é a segunda metrópole brasileira e a terceira da América Latina. Possui 1.182,296 km² de extensão onde vivem cerca de 6 milhões de habitantes. O potencial econômico da cidade, o turismo, juntamente com outros setores como óleo e gás, tecnologia da informação e comunicação e pesquisa e desenvolvimento, colocam a cidade na posição do segundo maior PIB do País, estimado em cerca de US\$ 60 bilhões, o que representa 50% do PIB do Estado (Fonte: Rio Negócios/2012). Outro índice de suma importância e que reflete o crescimento da cidade é o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que atingiu 0,842 no último resultado apurado pela ONU, posicionando a cidade do Rio de Janeiro entre as 100 primeiras no *ranking* de mais de 5.000 municípios brasileiros. (Fonte: PNUD/2000). [\[2.4; 2.5\]](#)

O Rio é responsável pela criação das marcas brasileiras mais conhecidas no mundo: Maracanã, Copacabana, Ipanema, Corcovado, Pão de Açúcar, Samba, Bossa-Nova. Sem mencionar a marca Rio, abrigada no imaginário de pessoas no mundo inteiro. Dentre outros ativos tangíveis e intangíveis importantes da cidade, estes formam, sem dúvida, o 'Capital Beleza'. [2.2]

Assim, o Rio de Janeiro se projeta no cenário internacional, não somente como um Paraíso Tropical, mas também como uma metrópole em pleno desenvolvimento, que entre seus desafios e oportunidades, busca progredir no longo prazo. Já foi palco da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, na qual importantes decisões foram encaminhadas, como a instituição da Convenção da Biodiversidade e a Convenção do Clima. Vinte anos se passaram e o Rio de Janeiro recebe novamente esse decisivo evento mundial, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20.

A PREFEITURA E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Prefeitura do Rio de Janeiro é a sede do Poder Executivo da cidade, representada pelo prefeito e gabinete de secretários, conforme proposto pela Constituição Federal. Como órgão público, a Prefeitura não é constituída como pessoa jurídica e, sim, como a unidade central da estrutura administrativa do município, à qual compete assegurar a gestão dos recursos e serviços públicos, priorizando a qualidade dos serviços prestados à população. Além da administração direta, a Prefeitura conta com outras organizações que são: Autarquias; Fundações; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista. [2.1; 2.2; 2.6; 2.7] [veja detalhes da Estrutura – Página 16](#)

Cabe também à Prefeitura, a integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais, bem como potencializar a sua capacidade de investimento por meio de parcerias com o setor privado e outras esferas de Governo. Além de zelar e potencializar os ativos da cidade do Rio de Janeiro. [2.2]

Em 2011, o orçamento da Prefeitura foi de R\$ 17,801 bilhões. Desse montante, R\$ 3,273 bilhões foi repasse do Governo Federal, R\$ 1,815 bilhão do Governo Estadual referente à arrecadação de impostos. O restante foi proveniente de outras fontes, as quais podem ser conferidas no [Planejamento Orçamentário – Página 26](#). [2.8; EC4]

Atualmente, fazem parte do quadro funcional 95.077 servidores públicos estatutários, selecionados através de concurso público de acordo com a Lei nº 94/79 e mais 23.426 contratados em regime CLT. [2.4; 2.8]

OBJETIVOS CENTRAIS:

A partir de 2009, a Prefeitura definiu um conjunto de objetivos para direcionar suas políticas e práticas com metas de resultados e cronograma de implementação até 2016. Esses objetivos estão alinhados às necessidades da população e subsidiam o Plano de Governo:

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados no município;
- Proteger e recuperar o espaço público e os ativos naturais da nossa cidade;
- Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e as crianças cariocas;
- Estabelecer as condições necessárias para o crescimento econômico sustentável;
- Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia carioca;
- Tornar o Rio uma cidade mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural;
- Reduzir os atuais níveis de pobreza e indigência da cidade;
- Posicionar o Rio como importante centro político e cultural no cenário internacional. [\[2.2\]](#)

EM 2011, FORAM CRIADOS OS SEGUINTE ÓRGÃOS:

- Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro (RIO-ÁGUAS)
- Empresa Olímpica Municipal (EOM)
- Secretaria Extraordinária de Proteção e Defesa do Consumidor (SEDECON)
- Coordenadoria Geral de Promoção de Eventos (CVL/CGPE)
- Central de Atendimento da PCRJ - Central 1746 (CVL/1746)
- Coordenadoria de Estruturação e Acompanhamento de Concessões de Serviços Públicos e Parcerias Público-Privadas (CVL/CPPPs)
- Assessoria Especial Administrativa (CVL/AEA)
- Instituto Fundação João Goulart (CVL/FJG)
- Coordenadoria de Novas Mídias Digitais (GP/CMD)
- Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (GP/CEDS)
- Instituto Rio 2016 (GP/IRio)
- Assessoria de Monitoramento Estratégico (IPLANRIO/PRE/AME)
- Diretoria de Administração e Finanças (IPLANRIO/PRE/DAF)
- Gerência de Contratos com Clientes (IPLANRIO/PRE/DAF/GCC)
- Instituto Rio 2016 (DE/IRio)
- Subsecretaria de Gestão de Pessoas (A/SUBGEP)
- Gerência de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (MA/GMCDs)
- Coordenadoria Geral de Projetos para Domicílios Precários - Cimento Social (O/CGPDP)
- Coordenadoria de Licenciamento de Empreendimentos da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 (U/CGPE/CLO)

OUTROS ÓRGÃOS FORAM EXCLUÍDOS:

- Coordenadoria Especial de Agricultura e Abastecimento (CVL/CEAA)
- Coordenadoria de Estruturação e Acompanhamento de Concessões de Serviços Públicos e Parcerias Público-Privadas (CVL/CPPP's)
- Gerência de Gestão de Gente (CVL/GGG)
- Coordenadoria Geral de Administração (IPLANRIO/PRE/CGA)
- Diretoria Financeira (IPLANRIO/PRE/DFI)
- Secretaria Especial da Copa 2014 e Rio 2016 (SERIO)
- Subsecretaria de Relações Internacionais (DE/SUBRI) [\[2.9\]](#)

VISÃO DE FUTURO

RECONHECENDO OS DESAFIOS PARA INVESTIR NAS OPORTUNIDADES

A marca 'Rio de Janeiro' está associada à sustentabilidade. Essa é uma das poucas cidades do mundo que reúne ambiente construído e uma exuberante natureza como potencial para o desenvolvimento sustentável.

A cidade possui diversos ativos naturais. No Rio, estão as duas maiores florestas do mundo dentro de um perímetro urbano, a da Pedra Branca, com 152 km², e a da Floresta da Tijuca, com 105 km², sendo a segunda, replantada no século XIX por ordem de D. Pedro II. Sem contar, as Baías da Guanabara e de Sepetiba e, ainda, a costa de vasta riqueza marinha que banha a cidade.

A indiscutível relevância natural, cultural, econômica e histórica do Rio de Janeiro exalta as qualidades dessa cidade, mas também revela muitos problemas a serem enfrentados. Ao considerar que, hoje, a sustentabilidade está no centro das agendas dos governos, essas características trazem grandes desafios para os governantes, contudo, é alvo para muitas oportunidades que levem em conta os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

E os desafios são muitos. Assim como outras cidades do mundo, principalmente as metrópoles, a cidade do Rio de Janeiro enfrenta o desafio de mobilidade urbana. A agenda de mobilidade já está em andamento – investimentos na malha rodoviária e cicloviária – e a expectativa é integrar para desenvolver.

Todavia, a integração da cidade requer mais que investimento em transporte coletivo e alternativo, e se fazem necessários estratégias e investimentos em urbanização, saneamento, eficiência energética, infraestrutura pública, áreas verdes (parques e praças), melhoria da qualidade de empregos, educação, saúde, segurança, entre tantas outras frentes.

A Prefeitura reforça, neste relatório, o compromisso de que para se construir uma cidade integrada e competitiva num futuro próximo, deve-se trabalhar de forma planejada e sinérgica com as secretarias e órgãos públicos no presente. E, nos últimos quatro anos, tem trabalhado nessa direção, desenvolvendo ações concretas no curto prazo, mas visando sua perpetuidade e sustentabilidade.

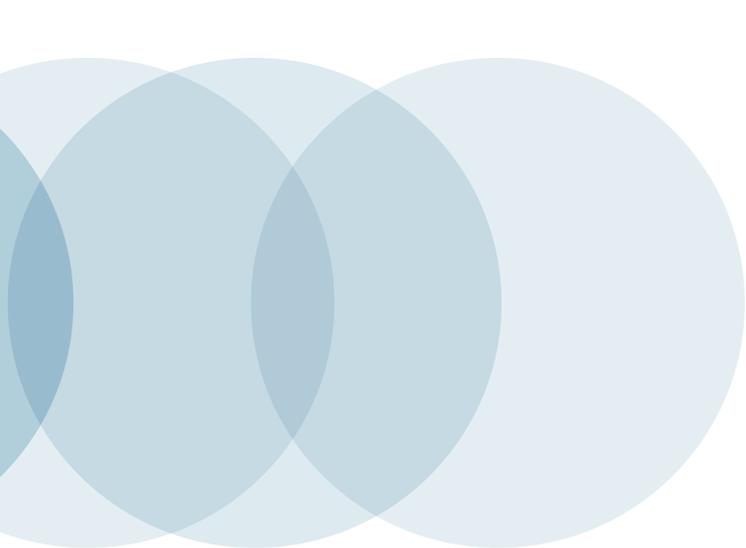
PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA PREFEITURA

O atual momento econômico do Brasil está proporcionando um cenário favorável para o Rio de Janeiro com oportunidades de desenvolvimento e grande visibilidade para a cidade, como a permissão para extração do Pré-sal e a recepção de grandes eventos. Alinhado aos Governos Federal e Estadual, o Rio de Janeiro têm direcionado esforços para conciliar desenvolvimento econômico, proporcionando qualidade de vida para todos, em harmonia com o meio ambiente.

A expectativa de ser a capital da Copa 2014 e a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 estabelece um momento oportuno para transformações. O reconhecimento, sobre quais são os principais desafios da cidade, contribuiu para definição de estratégias factíveis, publicadas no Plano Estratégico 2009 – 2012 da Prefeitura. Em 2011, as metas do Plano foram revisadas e, atualmente, a Prefeitura tem como compromisso, implantar ações de desenvolvimento até 2016. Além disso, sinaliza as oportunidades para a construção de uma cidade sustentável.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DA PREFEITURA

SAÚDE	TRANSPORTES	ORDEM PÚBLICA E CONSERVAÇÃO	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	CULTURA
<ul style="list-style-type: none"> • Saúde Presente • Reestruturação do Atendimento de Urgência e Emergência • Desospitalização - PADI e Leitos de Retaguarda • Saúde Inteligente 	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalização e Integração Físico-Tarifária – Bilhete Único Carioca • Modernização da Frota de Ônibus • TransOeste • TransCarioca • TransOlímpica • TransBrasil • VLT do Centro • Projeto de Transporte Aquaviário • Tráfego Inteligente • Plano de Mobilidade Sustentável • Rio Boa Praça 	<ul style="list-style-type: none"> • Rio em Ordem • Gestão Integrada de Vias Públicas • Conservação de Vias Especiais e Túneis • Modernização da Rede de Iluminação Pública • Rio Acessível 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do Saneamento • Controle de Enchentes • Qualidade de Águas Urbanas • Rio Capital da Bicicleta • Rio Capital Sustentável • Rio Capital Verde 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da Rede de Equipamentos Culturais • Fomento à Produção Cultural • Polo Cultural da Região Portuária • Rio Patrimônio – Centro
EDUCAÇÃO	HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
<ul style="list-style-type: none"> • Escola Carioca em Tempo Integral • Espaço de Desenvolvimento Infantil • Reforço Escolar • Escolas do Amanhã • Rio Criança Global • Saúde nas Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Morar Carioca - Urbanização • Morar Carioca - Minha Casa Minha Vida • UPP Social • Bairro Maravilha • Porto Maravilha • Parque Olímpico • Rio Verde - Transformação da Rio Branco • Revitalização da Cidade Nova 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Alto Desempenho • Rio Cidade Inteligente • Nota Carioca 2.0 • Modernização do Sistema Fiscal e Tributário • Gente de Alto Valor • Prefeitura Presente 	<ul style="list-style-type: none"> • Rio Ambiente de Negócios • Rio Capital da Energia • Rio Capital do Turismo • Rio Capital da Indústria Criativa • Plano de Desenvolvimento Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartão Família Carioca • Atendimento Psicossocial • Rio em Forma Olímpico



GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

COMPREENDER COMO FUNCIONA A GOVERNANÇA DO SETOR PÚBLICO FACILITA O ENTENDIMENTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA GERIR COM TRANSPARÊNCIA OS RECURSOS FINANCEIROS, HUMANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA CIDADE

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O modelo de governança da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro é pautado por políticas de desenvolvimento que envolvem gestão, responsabilidades, transparência e cumprimento de requisitos legais do setor público.

A estrutura organizacional da Prefeitura refere-se ao modo como as atividades são definidas, direcionadas, organizadas e coordenadas, e se divide em 26 órgãos da administração direta e 20 órgãos da administração indireta, que trabalham em sinergia em busca da excelência dos serviços desenvolvidos. [\[4.1\]](#)

ORGANOGRAMA DA PREFEITURA [\[2.3\]](#)

Alguns órgãos da administração direta têm papel transversal na estrutura de governança da Prefeitura, atuando como elo entre as demais secretarias. Isso confere maior sinergia na elaboração das estratégias e na eficiência da administração pública.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIAS MUNICIPAIS	Gabinete do Prefeito - GBP	Secretaria Municipal da Casa Civil - CASA CIVIL	Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM	Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro - PGM
Secretaria Municipal de Obras - SMO	Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU	Secretaria Municipal de Transportes - SMTR	Secretaria Municipal de Fazenda - SMF	Secretaria Municipal de Administração - SMA
Secretaria Municipal de Cultura - SMC	Secretaria Municipal de Educação - SME	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil - SMSDC	Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego - SMTE
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL	Secretaria Municipal de Habitação - SMH	Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA
SECRETARIAS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIAS		Secretaria Especial da Ordem Pública - SEOP	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário - SEDES	Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia - SECT
	Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SESQV	Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA	Secretaria Especial de Turismo - SETUR	Secretaria Extraordinária de Proteção e Defesa do Consumidor - SEDECON

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS	GM-RIO (SEOP)		IPP (Casa Civil)		Previ-Rio (Casa Civil)	
FUNDAÇÕES	RIO-ZOO (SMAC)	FPJ (SMAC)	Geo-Rio (SMO)	Rio-Águas (SMO)	Planetário (SMC)	
EMPRESAS PÚBLICAS	Iplanrio (Casa Civil)			IC (Casa Civil)		
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	RIOLUZ (SECONSERVA)	COMLURB (SECONSERVA)	RIO CENTRO (SECONSERVA)	RIOFILME (SMC)	CET-RIO (SMTR)	
	CDURP (GBP)	EOM (GBP)	RIO-URBE (SMO)	MULTIRIO (SME)	RIOTUR (SETUR)	

FUNÇÕES DE GOVERNO

- SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Esse órgão está ligado diretamente ao Prefeito, chefe do Poder Executivo Municipal, e o auxilia em seu propósito de governar a cidade e, em conjunto com seus assessores, direcionar o plano estratégico de acordo com as necessidades da população. A Casa Civil funciona como um escritório de soluções da Prefeitura do Rio. Responsável pelo planejamento e execução de grande parte dos projetos estratégicos e de gestão da administração municipal, a secretaria também está à frente da coordenação política, institucional e administrativa. A Casa Civil atua na integração das ações do governo e na avaliação e monitoramento das ações dos órgãos e entidades da administração Pública Municipal. [\(4.2\)](#)

- GABINETE DO PREFEITO

As principais competências do Gabinete do Prefeito são: assessorar o Prefeito no desempenho de suas atribuições constitucionais, bem como fomentar as relações político-administrativas com a sociedade civil organizada, entidades públicas e privadas. Também cabe ao GBP articular as ações governamentais conforme o Plano de Governo.

FUNÇÕES DE ESTADO

- CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CGM)

A CGM é responsável por exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta e Indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)

A PGM representa judicialmente o Poder Executivo Municipal junto ao Poder Judiciário, em todas as instâncias e tribunais bem como assessora juridicamente o Prefeito. A Procuradoria prima pela excelência e visa que o interesse público e o eficiente atendimento ao cidadão prevaleçam, contribuindo, ainda, de forma determinante e significativa, na diminuição da evasão fiscal e na promoção da execução da dívida ativa.

INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA GOVERNANÇA DA PREFEITURA

Buscando inserir a sustentabilidade, cada vez mais, nas estratégias da Prefeitura, foi criada a Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana (CADEGOM), sob o Decreto nº 30.339 de 1 de janeiro de 2009. Semelhante a um comitê, a CADEGOM reúne 'corpos técnicos' de diferentes órgãos da Prefeitura para a discussão de temas relacionados à sustentabilidade e como incorporá-los na gestão pública e administrativa. Está ligada à Casa Civil e é representada por um titular que atua como membro de todos os conselhos e comitês de gestão integrada da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

CARACTERÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- AUTARQUIAS

As autarquias são entidades criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da administração pública

que requeiram, para uma melhor execução, gestão financeira e administrativa descentralizada. As autarquias existentes na estrutura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro são: Guarda Municipal (GM-RIO); Instituto Pereira Passos (IPP) e PREVI-RIO.

- **FUNDAÇÕES**

As fundações públicas são organizações dotadas de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criadas para um fim específico de interesse público, com o objetivo de realizar atividades de caráter social, educacional ou cultural, como saúde, educação, cultura, meio-ambiente, assistência social e outras, além de pesquisa. As fundações que fazem parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro são: RIO ZOO; FPJ; GEO-RIO; RIO-ÁGUAS e PLANETÁRIO.

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Empresa pública é a pessoa jurídica de direito privado, administrada exclusivamente pelo Poder Público, com finalidade prevista em Lei e sendo de propriedade única do Estado. Dedicar-se a atividades atípicas da administração pública, quando desempenha atividade econômica. Pode exercer atividades típicas do Estado, neste caso, é tratada como concessionária de serviços públicos. As empresas públicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro são: IPLANRIO e Imprensa da Cidade-IC.

- **SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

As sociedades de economia mista são as pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legislativa específica, com capital público e particular e direção estatal para realização de atividade econômica de interesse público. Deve ter somente a forma de sociedade anônima, com a maioria de ações votantes nas mãos do Poder Público. As sociedades de economia mista, nas quais a Prefeitura possui participação acionária majoritária são: RIOLUZ; COMLURB; RIOCENTRO; RIOFILME; CET-RIO; CDURP; EOM, RIO-URBE; MULTIRIO e RIOTUR.

GESTÃO DE RISCOS

No âmbito das finanças públicas, a gestão de riscos da Prefeitura passa por duas instâncias: a Controladoria Geral do Município (CGM) e a Secretaria Municipal de Fazenda (SMF). A CGM possui uma matriz de riscos com o objetivo de facilitar o planejamento de auditorias, focando esforços em áreas prioritárias e relevantes da Prefeitura.

Para a elaboração dessa matriz foram consideradas diversas variáveis, dentre as quais os orçamentos de custeio e investimentos das entidades, a execução orçamentária do exercício anterior, o impacto dos serviços sobre o cidadão, as modalidades de contratação, o tipo de certificado de auditoria nos exercícios anteriores, entre outras.

Com relação à Secretaria Municipal da Fazenda, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aborda os aspectos referentes aos “Riscos Fiscais”, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prefeitura possui diferentes mecanismos institucionais de transparência e consulta de *stakeholders* (partes interessadas). A Mensagem que o Prefeito encaminha à Câmara de

Vereadores (CMRJ), por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa, é um mecanismo institucional de comunicação, onde é feito um balanço das principais atividades da Prefeitura no ano anterior, e são apresentadas estratégias para o ano que se inicia. Outra forma de prestação de contas consubstancia-se nos diversos relatórios econômico-financeiros que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que sejam publicados. Adicionalmente, por iniciativa desta administração, são publicados mais dois relatórios econômico-financeiros – o Relatório de Transparência Fiscal (RTF) e o Marco de Gasto de Médio Prazo (MGMP) – e o Planejamento Estratégico. O RTF faz um balanço do que ocorreu e os outros dois apresentam as perspectivas para o futuro. Também são disponibilizados canais de comunicação como Ouvidoria, central 1746, Consultas Públicas, Fóruns, Conselho da Cidade e o Portal da Prefeitura na internet.

RIO TRANSPARENTE

Desde 2006, o cidadão carioca pode acompanhar todas as ações fiscais realizadas pelo governo, por meio do aplicativo Rio Transparente, disponibilizado no site da Prefeitura. O mecanismo publica relatórios detalhados sobre pagamentos orçamentários ou extraorçamentários, recursos arrecadados, além de todos os contratos existentes.

O Rio Transparente disponibiliza as informações em tempo real, com atualizações diárias, referentes a todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas públicas dependentes, conforme determina o Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. As informações disponibilizadas referem-se ao exercício em curso e aos três exercícios anteriores.

Para facilitar o acesso e melhor entendimento às informações, o portal Rio Transparente disponibiliza um manual do usuário, com o passo a passo da operação. Conheça o portal por meio do link: <http://riotransparente.rio.rj.gov.br/>

MOVIMENTO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Prefeitura se posiciona de maneira estratégica frente aos desafios e às oportunidades da cidade do Rio de Janeiro. Desde 2009, possui duas diretrizes a serem seguidas com relação ao Desenvolvimento Sustentável.

A primeira, a Política Municipal sobre Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável, Lei 5.248, foi instituída em 27 de janeiro de 2011. Para sua elaboração, a Prefeitura em conjunto com a Câmara de Vereadores, baseou-se nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na legislação estadual sobre o tema (Lei nº 5690/2010) e na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

A Lei Municipal fixou as metas de redução de emissões da cidade, entretanto, tem foco numa transversalidade de aspectos:

- Mudanças Climáticas: estabelecer uma estratégia para redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa na cidade e uma política de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;
- Padrões de Produção e Consumo e Transporte: estabelecer mecanismos para estimular a modificação dos padrões de produção e de consumo, das atividades econômicas, do transporte e do uso do solo urbano e rural, com foco na sustentabilidade ambiental dos processos e na mitigação das emissões dos gases de efeito;

- Fontes de Energia Renováveis: realizar ações para aumentar a parcela das fontes renováveis nas matrizes energéticas da cidade;
- Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável: estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação científica relacionados ao sistema climático;
- Gestão de Resíduos: estimular o desenvolvimento, a aplicação e a transferência de tecnologias, de práticas e de processos, que reduzam ou previnam as emissões antrópicas de gases de efeito estufa;
- Ecoeficiência: promover a ampla divulgação a respeito dos aspectos relacionados à mudança do clima.

Além da Política, o Plano Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro [\(veja detalhes, página 22\)](#) aborda diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Estes aspectos estão diretamente relacionados à administração da Prefeitura e à implementação das Políticas Públicas sob sua responsabilidade, sustentados por quatro pilares de aspirações: sociais, econômicas, ambientais e políticas. Nestes quatro pilares, a Prefeitura busca, de forma macro, os seguintes objetivos para a cidade do Rio de Janeiro:

- No campo social, aspira ser a capital do Sudeste com o maior crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a maior redução da desigualdade na próxima década;
- No campo econômico, o objetivo é ser a capital com a menor taxa de desocupação e a maior renda média do trabalhador em toda Região Sudeste ao final da década;
- No campo ambiental, a aspiração é fazer com que o Rio se torne, ao longo dos próximos 10 anos, referência nacional em sustentabilidade e preservação ambiental; e
- No campo político, objetiva potencializar a centralidade da cidade no âmbito político e cultural tanto no cenário nacional quanto na cena internacional. **[PA1; PA3; PA4]**

ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EIXO ESTRATÉGICO NO PLANEJAMENTO DA CIDADE

A cidade do Rio de Janeiro se destaca entre outras cidades brasileiras quando o assunto é adaptação às mudanças do clima.

Uma publicação, realizada, em 2008, sob a coordenação do Instituto Pereira Passos (IPP) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, chamada 'Rio: próximos 100 anos – o aquecimento global e a cidade' foi o primeiro passo para demonstrar a preocupação do Rio quanto aos riscos que serão enfrentados com o aquecimento global, reforçando a urgência de investimentos no planejamento urbano e ambiental.

Desde então, a Prefeitura tem inserido a temática como eixo central na elaboração de políticas públicas e de suas estratégias. Em 2010, a Prefeitura do Rio instituiu o Sistema de Gestão de Risco (SIGERIC) – sob o Decreto Municipal nº 31.888, de 5 fevereiro de 2010 – que amplia o conceito de risco e determina a elaboração de planos de emergência para a cidade do Rio de Janeiro. Essa visão também está contida no novo Plano Diretor, Lei Complementar nº 111/11, que veda a ocupação urbana em áreas de risco com uma transparência e rigidez legal e incorpora a mitigação e adaptação às mudanças climáticas entre as diretrizes ambientais e ações estruturantes do sistema de gerenciamento ambiental.

Outra iniciativa importante foi a inauguração do Centro de Operações Rio, uma plataforma que reúne 30 órgãos municipais, estaduais e concessionárias para monitorar eventos, inclusive climáticos, que possam afetar a população. O Centro é o primeiro do mundo a integrar todas as etapas de um gerenciamento de crise, usando alta tecnologia com mais de 560 câmeras espalhadas pela cidade.

O investimento em alta tecnologia priorizou a prevenção a desastres naturais. Um dos dados mais importantes recebidos pelo Centro vem do radar meteorológico, instalado no Morro do Sumaré. O equipamento, que tem alcance de 250 km, auxilia no monitoramento das chuvas, podendo prever as regiões da cidade que serão atingidas. A rede de pluviômetros (medidores de chuva) da Prefeitura do Rio é uma das maiores do país, com mais de 100 equipamentos, que auxiliam a equipe de meteorologistas do Alerta Rio, presente no Centro de Operações, em tempo integral.

O grande desafio do Centro de Operações Rio é de atualização dos recursos humanos e a preparação das pessoas envolvidas nos processos. Para ampliar a coordenação e capacidade de ação, a Subsecretaria de Defesa Civil, em parceria com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Meio Ambiente, desenvolveu um projeto de capacitação de agentes para ação em comunidades, a partir da criação de Núcleos comunitários de Defesa Civil (Nudec). O objetivo é preparar as comunidades, entre agentes públicos, lideranças locais e moradores, a agirem adequadamente em situações de emergência. Foi estabelecida uma estratégia nas comunidades consideradas de alto risco e cerca de 1,8 mil agentes do Programa Saúde da Família foram preparados para agir nessas situações.

BOLSA VERDE

Outra iniciativa alia finanças à preparação do Rio para o desenvolvimento sustentável. A Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) é uma entidade sem fins lucrativos, cujo conceito é oferecer um ambiente institucional destinado à criação e à negociação (em bolsa) de ativos ambientais.

Criada em conjunto pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Secretaria do Ambiente do Estado - Subsecretaria de Economia Verde com a iniciativa privada, tem como objetivos:

- Promover mecanismos de mercado para flexibilizar a implementação de obrigações regulatórias de natureza ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento da Economia Verde do Rio de Janeiro e do Brasil;
- Colocar o Rio de Janeiro na vanguarda do movimento da Economia Ambiental. **(EC2)**

PLANO ESTRATÉGICO RIO PÓS 2016

Em 2009, a Prefeitura desenvolveu o seu primeiro Plano Estratégico (período de 2009 – 2012) visando maior competitividade e integração para a cidade pós 2016, ano dos Jogos Olímpicos no Brasil e que representa um marco para o Rio de Janeiro diante das mudanças ocasionadas pelos eventos internacionais.

Com apoio de consultoria externa, o documento foi discutido e elaborado pelo poder público com a participação dos cidadãos – por meio de um diagnóstico e entrevistas com um grupo de partes interessadas. O resultado apontou o total de 46 objetivos e metas, estabelecendo prioridades para as seguintes áreas: Saúde; Educação; Ordem Pública; Emprego e Renda; Infraestrutura Urbana;

Meio Ambiente; Transportes; Cultura; Esporte e Lazer; Assistência Social; e Gestão e Finanças Públicas. A partir disso, foram elaboradas 36 iniciativas estratégicas pactuadas entre o Prefeito e as Secretarias do Governo, com avaliação periódica de desempenho. [PA4; PA5; PA7] Veja detalhes do Plano Estratégico em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=126667>

Para acompanhar e monitorar o trabalho foi estabelecida uma Governança na Casa Civil com a criação de duas estruturas: Subsecretaria de Monitoramento de Resultados – para acompanhar o andamento dos 46 objetivos e metas; Subsecretaria de Planejamento e Modernização da Gestão – para acompanhar o andamento das 36 iniciativas.

As reuniões de acompanhamento ocorrem semanalmente, com o Prefeito e, mensalmente, é apresentado um balanço das metas do governo. A cada três meses é realizada uma reunião com todos os secretários do Governo, na qual é discutido o desempenho das iniciativas estratégicas de cada uma das secretarias.

Semestralmente, é feita uma prestação de contas para a população com a divulgação dos resultados para a imprensa. E, ao final de todo ano, é realizado um balanço geral, apresentando os resultados e a repactuação das metas e acordos com as secretarias. Nesses acordos foram contempladas as metas do Plano Estratégico e, geralmente, são incluídas outras metas consideradas relevantes.

A Casa Civil avalia que 80% das ações serão cumpridas até o final de 2012. [PA6] *Veja detalhes em Integração Urbana a partir da página 43.*

Em 2011, foi iniciada a segunda fase do Plano com revisão e extensão para até 2016, o que considerou as mudanças no cenário nacional e global. Essa revisão intensificou o alinhamento dos objetivos e iniciativas à sustentabilidade como uma orientação estratégica da Prefeitura.

Para realização deste trabalho, foi seguida a mesma estratégia do primeiro Plano – a realização de um diagnóstico para entendimento sobre os pontos fortes e fracos vistos pelos *stakeholders* envolvidos no processo de construção do documento.

A novidade é a criação do Conselho da Cidade, formado por 150 personalidades ou profissionais que moram ou trabalham no Rio de Janeiro, ao qual caberá o processo de acompanhamento do Plano por meio de reuniões semestrais para prestação de contas, organizados nas 10 áreas de resultado. [PA5; PA7]

GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS

NESTE CAPÍTULO, É POSSÍVEL CONFERIR COMO SÃO GERIDOS OS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS DA PREFEITURA, BEM COMO QUAIS SÃO AS INICIATIVAS PARA REDUZIR O CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS DA CIDADE

EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro avalia as melhores práticas de gestão nos setores público e privado para agregar em sua administração. Para o melhor acompanhamento do Plano Estratégico foram pactuados Acordos de Resultados, que representam uma ferramenta de gestão usada na administração pública para, entre outros pontos, garantir um maior comprometimento de toda a 'máquina pública municipal' com os resultados da Prefeitura.

Até 2011, 39 órgãos assinaram o acordo, atingindo aproximadamente 83% dos servidores da Prefeitura do Rio.

Com isso, a Prefeitura buscou a implementação de um modelo de gestão de desempenho que privilegia o planejamento e a meritocracia como elementos centrais para a melhoria dos serviços prestados à população. O atingimento das metas estabelecidas no Plano está atrelado à remuneração por meritocracia, prática, até então, inovadora na Prefeitura Carioca. No total, 39 secretarias e órgãos atingiram suas metas total ou parcial e os servidores foram contemplados com um 14º ou até um 15º salário. A premiação do Acordo de Resultados de 2011 pagou R\$ 250 milhões, R\$ 90 milhões a mais do que em 2010.

RESULTADO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	REFERÊNCIA	META ESTIPULADA PARA 2011	RESULTADO
Estabelecer até o final de 2012, Acordos de Resultados entre a Prefeitura e todos os órgãos da administração direta e indireta.	Número de acordos	1	30	39

SISTEMA DE GESTÃO

A Prefeitura está investindo na modernização de seus sistemas operacionais com o objetivo de facilitar a recepção das demandas do cidadão, acompanhá-las e atendê-las dentro dos

prazos estabelecidos pelo planejamento estratégico, visando propiciar melhores serviços, maior interação com a população e fornecer informações gerenciais tempestivas e confiáveis.

Paralelo a esse trabalho de reestruturação, a Prefeitura possui um planejamento, com licitações em andamento, para a integração dos sistemas legados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), portal de compras eletrônico do Governo Federal. O Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA) irá otimizar os processos inerentes à gestão de compras e licitações, contratos, estoques, bens móveis, bens imóveis e frotas no âmbito da Municipalidade, automatizando-se os processos envolvidos, com o objetivo de acompanhar e monitorar a gestão administrativa de todos esses processos.

RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

Para a Prefeitura, o relacionamento com suas partes interessadas é fundamental para garantir a transparência e identificar oportunidades de melhoria da gestão pública. Nesse sentido, as ações da Prefeitura são pautadas para ouvir as expectativas e fortalecer cada vez mais o vínculo com seus principais *stakeholders*: cidadãos, servidores, empresas públicas e privadas, governos (municipal, estadual e federal) e organizações não governamentais (ONGs). [4.14]

Cada órgão municipal possui mecanismos específicos de comunicação com seu público. Dentre os canais de diálogo disponíveis, destacam-se o relacionamento com a Câmara Municipal que faz a interface entre o cidadão e a Prefeitura, a Ouvidoria, o Portal da Prefeitura na internet e a Central 1746. (<http://www.rio.rj.gov.br>) Ainda existem outros canais específicos, como o Conselho da Cidade, o Fórum Carioca de Mudanças Climáticas e Planejamento Estratégico. [4.4; 4.16]

CENTRAL 1746

Em 2011, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro lançou o canal de comunicação 1746, uma central unificada que integra todos os serviços de teleatendimento da Prefeitura.

O atendimento é realizado 24 horas por dia e permite, ao cidadão, obter informações e fazer solicitações, reclamações ou denúncias. O acompanhamento das ações pode ser feito pela central *online* ou por aplicativos gratuitos do 1746 para o iPhone e *Smartphones*. O usuário também pode optar por receber, via SMS, o número do protocolo de atendimento e informações sobre o seu andamento do processo.

Em 2011, foram atendidas mais de 1,5 milhão de ligações. Os serviços mais solicitados foram: remoção de entulho e bens inservíveis – COMLURB; reparo de lâmpadas apagadas – RIOLUZ; limpeza de resíduos em logradouros – COMLURB; vistoria em possível foco de Dengue - Saúde (SMSDC); fiscalização de veículo estacionado sobre a calçada - GM Rio.

O grau de satisfação de atendimento da Central 1746 em 2011 foi de 94% e de atendimento com serviços dos Órgãos e Secretarias foi de 75%. [4.17]

RESULTADO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA	META ESTIPULADA PARA 2011	RESULTADO
Aumentar o número de atendimentos remotos (internet e telefone) com avaliação positiva (boa ou ótima) para, pelo menos, 100 mil/mês, até o final de 2012.	Mil atendimentos/mês	0	75 mil	112,87

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O Planejamento Orçamentário do poder público é realizado no início do ano anterior ao exercício. As três principais fontes de arrecadação da Prefeitura provêm de receita tributária, transferências correntes (repasses Estadual e Federal) e contribuições (contribuição previdenciária suplementar, por exemplo).

Em 2011, a Prefeitura arrecadou R\$ 17.820 bilhões, os quais foram distribuídos para todas as suas áreas de resultado. A alocação de recursos é definida por meio de discussões detalhadas entre o Prefeito e as secretarias municipais, tendo como fio condutor o Planejamento Estratégico do Município. O resultado final desse processo é fruto do cotejamento entre o Plano Estratégico, as políticas públicas em curso e a restrição orçamentária do Município. **[EC1]**.

Veja todas as fontes de arrecadação, assim como seus valores e, ainda, a alocação dos recursos por área, em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/exibeconteudo?article-id=105702> (clique em LOA).

Tabela 2 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM MILHARES DE REAIS):

DESCRIÇÃO	2011	2010	2009
Valor Econômico Direto Gerado (EVG)	17.820.566	15.243.212	11.667.182
Receita Tributária		5.747.921	5.059.928
Receita Contribuições	2.159.853	948.654	793.059
Receita Patrimonial	1.080.133	945.039	567.728
Receita Industrial	6.714	5.007	5.048
Receita de Serviços	335.874	305.442	206.407
Transferências Correntes	5.106.718	4.675.326	4.055.356
Outras Receitas Correntes	1.069.772	1.091.808	663.760
Operações de Crédito	1.098.119	1.005.425	29.970
Alienação de Bens	76.587	127.677	60.631
Amortização de Empréstimos	101.560	106.090	104.611
Transferências de Capital	118.417	284.823	120.684
Outras Receitas de Capital	25	-	-

DESCRIÇÃO	2011	2010	2009
Valor Econômico Distribuído (EVD)	18.723.102	14.278.900	10.770.146
INVESTIMENTOS	3.347.157	1.560.063	400.729
Obras e Instalações	2.637.631	1.212.358	302.303
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	352.647	73.090	26.729
Outras Despesas de Investimentos*	356.879	274.614	71.697
INVERSÕES FINANCEIRAS	77.776	58.230	84.359
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	48.838	45.087	82.862
Constituição ou Aumento de Capital de Empresa	23.375	6.304	10
Outras Despesas de Inversões Financeiras**	5.562	6.839	1.487
DESPESAS CORRENTES	5.200.560	4.025.124	3.006.165
Material de Consumo	483.346	455.435	347.438
Obrigações Tributárias e Contributivas	153.531	128.978	107.184
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.766.304	2.839.674	2.066.056
Outras Despesas Correntes**	797.378	601.036	485.487
OUTROS	10.097.610	8.635.483	7.278.894
Pessoal e Encargos Sociais	8.426.691	6.677.190	6.222.400
Juros e Encargos da Dívida	512.621	625.675	679.796
Amortização da Dívida	1.158.298	1.332.618	376.697

DESCRIÇÃO	2011	2010	2009
Valor Econômico Acumulado (EVG - EVD)	921.606	964.312	897.035

O desempenho das receitas, a cada ano, é determinado pela variação de suas principais fontes, que refletem basicamente as flutuações econômicas nacional e municipal. No que se refere às receitas correntes, é importante mencionar que o comportamento atípico da Receita de Contribuições entre 2010 e 2011, deveu-se a uma mudança em um procedimento contábil que fez a Contribuição Previdenciária Suplementar (uma receita intraorçamentária de cerca de R\$ 1,0 bilhão) figurar nos demonstrativos financeiros (tanto nas receitas como nas despesas de pessoal, com resultado líquido nulo).

No que concerne às despesas, seu comportamento é reflexo das decisões de alocação descritas acima e do processo de racionalização em curso nos últimos três anos. Mais especificamente, o trabalho da Prefeitura foi no sentido de ampliar o espaço fiscal para gastos com investimentos estruturantes no âmbito do Planejamento Estratégico. Um fator determinante para o sucesso deste movimento foi a operação financeira que envolveu o empréstimo junto ao Banco Mundial – que possibilitou a troca de dívida mais cara junto à União por outra mais barata.

ICMS VERDE

A Prefeitura do Rio de Janeiro integra a lista de 92 prefeituras que recebem o ICMS Verde, sendo a 10ª no *ranking* estadual. A iniciativa, criada, em 2009, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro privilegia municípios que investem na preservação ambiental com ações como a criação de unidades de conservação, a substituição de lixões e avanços na questão do saneamento básico.

A Cidade do Rio de Janeiro aplicou o valor recebido em projetos de Coleta e Tratamento de Esgoto, Unidade de Conservação e Destino e Remediações de Lixo. Em 2011, a Prefeitura recebeu um total de R\$ 2.969 milhões referente ao ICMS Verde, 2,6% do valor arrecadado no Estado. As áreas que mais contribuíram, nesse resultado foram coleta e tratamento de esgoto e as unidades de conservação. A legislação determina que 25% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço), arrecadado no Estado, seja repassado aos municípios segundo critérios estabelecidos pelo próprio Governo.

O incentivo criado pela Lei 5.100, de outubro de 2007, inclui variáveis ecológicas nos critérios de redistribuição do imposto da seguinte forma: 45% para unidades de conservação; 30% para qualidade de água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos. Quanto melhores os indicadores, mais recursos as prefeituras recebem. (EC4)

NOTA FISCAL CARIOCA

Desde 2010, a Prefeitura disponibiliza a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) – a Nota Carioca. O Serviço visa a melhoria do ambiente de negócios no Município tornando-o mais justo, uma vez que reduz as possibilidades de evasão. Adicionalmente, o sistema da Nota Carioca padroniza e melhora a qualidade das informações fiscais e ainda reduz custos, ao dispensar a emissão e arquivo de documentos em papel.

O Sistema também otimiza o trabalho operacional ao controlar de forma eficiente as informações de interesse fiscal, permitindo o acompanhamento, em tempo real, das operações fiscais pela Administração Fazendária.

Para estimular a população a solicitar a Nota Fiscal Carioca, a Prefeitura oferece benefícios como descontos no pagamento do IPTU, além de sorteios de prêmios em dinheiro.

RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA	META ESTIPULADA PARA 2011	RESULTADO
Aumentar a capacidade de investimento da Prefeitura para uma média de 10% do orçamento total, entre 2010 e 2012.	%	0	10%	17,5%
Implementar a Nota Fiscal Eletrônica em todos os setores prestadores de serviço no município, até o final de 2012.	Mil notas fiscais/mês		3,500	9558

RESPONSABILIDADE FISCAL

A Prefeitura segue as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 101 de 2000, que prima pela responsabilidade na gestão fiscal com ações planejadas e transparentes, com objetivo de prevenir riscos e possíveis desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. A Lei estipula metas de resultados entre receitas e despesas e impõe limites e condições referentes a temas como geração de despesas com pessoal, por exemplo.

A partir de 2009, a política de gestão fiscal da Prefeitura buscou conciliar o equilíbrio fiscal com a capacidade de investimento. A estratégia de gerenciamento financeiro, adotada nos três últimos anos foi reconhecida pelas agências internacionais de avaliação de riscos (rating), Moody's e Fitch, que, em 2011, classificaram as finanças do Rio de Janeiro ao nível Grau de Investimento (*Investment Grade*) Baa2 e BBB, respectivamente. Essa classificação equipara a Cidade do Rio de Janeiro à União, e ainda a instituições como o Banco do Brasil e a Petrobras.

Em 2011, a Prefeitura encerrou o exercício com seu nível de endividamento enquadrado dentro dos limites impostos pela Lei, conforme parâmetros abaixo

Tabela 3 - LIMITES LEGAIS PARA O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL E RESULTADOS DA PREFEITURA:

ATO	INDICADOR	LIMITE	MRJ 2009	MRJ 2010	MRJ 2011
Resolução Senado 40/2001 (LRF)	Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	34%	21%	39%
Resolução Senado 43/2001 (LRF)	Média do serviço anual da dívida até 2027/RCL anual	11,5%	6,29%	5,39%	5,0%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total/ Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	101%	85%	81%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)

Veja Caderno Oficial em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/listaconteudo?search-type=transparenciafiscal>

COMPRAS RESPONSÁVEIS

Alinhando melhoria de gestão e finanças públicas, a Prefeitura criou mecanismos para qualificar as aquisições de bens e serviços dentro de aspectos financeiros e socioambientais.

Em 2009, a Prefeitura instituiu por meio do Decreto Municipal nº 30.538/2009, uma Política de Aquisições, que prima pela realização de licitações corporativas para bens e serviços com procedimento especial para Registro de Preços. A política também determina que sejam feitas licitações para compra de materiais específicos no âmbito de cada órgão ou entidade interessada.

Também para fomentar a aquisição de bens e serviços sustentáveis para os órgãos públicos e a

cidade, a Prefeitura criou, em 2011, o Catálogo Sustentável de Bens e Serviços, com esteio na Lei Federal 12.349/2010, que permite a inclusão de critérios socioambientais nos editais de licitação para aquisição de itens de materiais e serviços a serem adquiridos ou contratados, inclusive com a definição de metas para os anos de 2012, 2016 e 2020. E para garantir que os materiais adquiridos pela Prefeitura atendam às especificações da Secretaria Municipal de Administração, está sendo implantado o Programa de Homologação de Marcas para acompanhar e garantir o controle e qualidade dos materiais recebidos, identificando as famílias de itens de compras mais relevantes.

A Prefeitura do Rio de Janeiro intensificou a atenção aos contratos de aquisições aumentando as contratações por pregão e reduzindo as contratações emergenciais. O Plano Estratégico previu a elevação do índice de excelência nessas contratações em 50%, até o final de 2012. A meta proposta para 2011 (10,1%) foi cumprida, atingindo 17,9% do total de compras. Tal iniciativa busca garantir o uso adequado do dinheiro público, contudo, a Prefeitura reconhece que muito ainda deve ser feito. **[EN1; PA11]**

RESULTADO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

DESCRIÇÃO DAS METAS	UNID. MEDIDA	REFERÊNCIA	META ESTIPULADA PARA 2011	RESULTADO
Aumentar as contratações por pregão e reduzir contratações por emergência, elevando o índice de excelência de contratação em 50%, até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	%	7,4	10,1%	17,9

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Prefeitura considera que as pessoas são fundamentais para a prestação de serviços de qualidade e, por isso, investe em medidas que garantem a capacitação, saúde, segurança e satisfação de seus servidores para atingir o grau de excelência em serviços almejado pela gestão pública.

A gestão dos servidores é realizada pela Secretaria de Administração (SMA), órgão central de Subsistema de Recursos Humanos, visando à busca de novas práticas que garantam a continuidade da qualidade dos serviços desenvolvidos na gestão municipal.

Por meio da Coordenadoria da Valorização do Servidor, a Prefeitura promove e incentiva a valorização do servidor público no aspecto pessoal, profissional e social, desenvolvendo programas de saúde do trabalho voltados à qualidade de vida, perícias médicas, convênios com empresas privadas de diferentes áreas que tragam benefícios aos servidores.

Muitas das ações realizadas pela Coordenadoria são baseadas nas sugestões e reclamações dos servidores, registradas no sistema de Ouvidoria. Atualmente, a Ouvidoria é o canal de comunicação entre a Secretaria SMA e o servidor, no entanto, está implantando uma Central de Atendimento exclusiva para os servidores ativos e inativos.

O controle do número de servidores da Prefeitura do Rio é dividido em Administração Direta e Indireta. A Administração Direta é formada por órgãos (secretarias) integrados na estrutura administrativa

da Prefeitura. A Administração Indireta, no entanto, é composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas para realizar atividades da Prefeitura de forma descentralizada, como as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Os servidores celetistas da Administração Indireta são contratados em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e os estatutários da Administração Direta, são selecionados por meio de concursos públicos, de acordo com a Lei nº 94/79 (Estatuto do Servidor), ou em caráter de cargo em comissão, que são os cargos de livre nomeação do Prefeito ou autoridade delegada para tal fim.

Em 2011, a Administração Direta conta com 95.077 matrículas havendo a possibilidade, de um servidor ser detentor de duas matrículas, enquanto a Administração Indireta conta com 23.426 matriculados.

Tabela 4 - DISTINÇÃO ENTRE NÚMERO DE SERVIDORES E MATRÍCULAS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

QUANTITATIVO DE VÍNCULOS	SERVIDORES (VIDAS)	MATRÍCULAS
1	79.401	79.401
2	7.838	15.676
Total	87.239	95.077

Fonte: SMA

Do total de matrículas, considerando administração direta e indireta, 65% são mulheres e 35% são homens e 55% estão na faixa etária entre 31 e 50 anos. (LA1)

Tabela 5 - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR GÊNERO:

	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	TOTAL	%
Masculino	22.882	18.386	41.268	35%
Feminino	72.195	5.040	77.235	65%
Total	95.077	23.426	118.503	100%

Fonte: SMA e CODESP

Tabela 6 - NÚMERO DE MATRÍCULAS POR FAIXA ETÁRIA:

	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	TOTAL	%
18 a 25 anos	1.976	1.226	3.202	3%
26 a 30 anos	6.429	4.527	10.956	9%
31 a 40 anos	21.149	5.614	26.763	23%
41 a 50 anos	31.531	6.278	37.809	32%
51 a 60 anos	26.525	4.351	30.876	26%
>60 anos	7.467	1.430	8.897	8%
Total	95.077	23.426	118.503	100%

Fonte: SMA e CODESP

Tabela 7 - SERVIDORES POR TIPO DE CONTRATO (PERÍODO).

TIPO DE CONTRATO	ADM. INDIRETA	%
Período Integral	23.199	99,0%
Meio Período	227	1,0%
Total	23.426	100,0%

Fonte: CODESP

Não foi apurado esse tipo de resultado na Administração Direta.

BENEFÍCIOS

Os benefícios dos servidores estatutários estão previstos no Estatuto do Servidor e se estendem aos aposentados e pensionistas e os servidores celetistas recebem os benefícios previstos por lei, conforme exigência da CLT.

Outro benefício dos servidores estatutários é o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro, regulado pela Lei nº 3.444/2001 e administrado pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREVI-RIO). O percentual de contribuição é de 11%, descontado mensalmente da remuneração do servidor estatutário.

A Prefeitura também oferece, a todos os servidores, celetistas e estatutários, bonificação por meritocracia, desde que o órgão o qual os servidores façam parte, cumpra a meta estipulada no Acordo de Resultados. **[L.A3]**

TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO

Manter o servidor atualizado às boas práticas do mercado é uma preocupação da Prefeitura. Em 2011, 6.296 servidores da Administração Indireta receberam treinamentos e capacitação em assuntos diversos, conforme necessidade de cada órgão, como pós-graduação, idiomas, práticas de tesouraria, contabilidade, pregão eletrônico, desenvolvimento de web, entre outros, totalizando 18.344 horas de treinamento. **[LA10]**

No mesmo ano, 4.860 servidores da Administração Direta foram capacitados nas seguintes funções: formação de pregoeiros, licitação e contratos com pregão, gestão de materiais, sindicância administrativa, inquérito administrativo, SIGMA, gestão estratégica em administração pública, editor de videotape, inquérito administrativo para Guarda Municipal e Comunicação Corporativa. Também foram realizados seminários motivacionais, fóruns de recursos humanos e palestras diversas, entre outros, totalizando 5.634 horas de treinamento.

Tabela 8 - MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO POR SERVIDOR:

	TOTAL DE SERVIDORES	HORAS DE TREINAMENTO *	MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO POR SERVIDOR
Administração Indireta	23.426	18.344	0,78

Fonte: SMA

Dados não discriminados para a Administração Direta em 2011.

* Refere-se à carga horária dos cursos: formação de pregoeiros, gestão de materiais, sindicância administrativa, inquérito administrativo, SIGMA.

DIVERSIDADE

A garantia de diversidade no quadro funcional da Prefeitura está assegurada pelos concursos públicos abertos a todos os cidadãos, de forma indiscriminada, desde que preencham requisitos como idade e formação para o cargo almejado. Ainda, dentro dos parâmetros exigidos por lei, a Prefeitura reserva 5% das vagas de concurso público para pessoas com deficiência e 10% para vagas de estágio. Adicionalmente, por meio do Decreto nº 21.083 de 20 de fevereiro de 2002, a Prefeitura determina que contratos com terceiros observem cotas mínimas para a contratação de negros e mulheres. Cabe à Prefeitura verificar o cumprimento deste decreto e supervisionar os contratos, no âmbito de cada órgão, visto que as contratações são descentralizadas.

Em 2011, a Secretaria Municipal de Administração não registrou casos de discriminação na Prefeitura. **[HR4]**

CIDADE LIVRE DE PRECONCEITO

A fim de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade livre de discriminação e preconceito, tornando-o receptivo e hospitaleiro para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), a Prefeitura instituiu, em fevereiro de 2011, a Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual (CEDS).

A Lei nº 2475/1996, regulamentada pelo Decreto 33.033/2008, foi o carro-chefe para o início das ações da CEDS. A Secretaria promove palestras de capacitação de funcionários da rede municipal (Clínicas da Família e Guarda Municipal, por exemplo) e, em parceria com a SindRio (Sindicato de Bares, Hotéis e Restaurantes do Rio de Janeiro), leva essas aulas também para funcionários de diversos estabelecimentos da cidade. Após capacitados, os estabelecimentos recebem o selo Rio Sem Preconceito.

As denúncias de estabelecimento comercial ou repartição pública da cidade que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero podem e devem ser feitas na Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual.

No site www.cedsrio.com.br, é possível encontrar toda a legislação (municipal, estadual, federal e internacional) voltada para o público LGBT. Além de campanhas de conscientização e turismo capitaneadas pela CEDS nesse pouco mais de um ano de existência.

BUSCA PELA IGUALDADE

A Coordenadoria Especial de Promoção da Política de Igualdade de Gênero estabelece ações de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher, garantindo os seus direitos, por meio do fortalecimento da autonomia social, cultural e política das mulheres. Esse trabalho contribui para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania das mulheres cariocas.

O combate ao preconceito racial também é outra questão considerada nas políticas adotadas pela Prefeitura. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE) foi criado em 1998, Lei N.º 1370, para assessorar a Prefeitura no desenvolvimento de uma política de combate ao racismo, em todas as suas formas de manifestação, bem como assessorar, coordenar projetos, campanhas e propostas do interesse da população negra. **[HR4]**

COMBATE À CORRUPÇÃO

A Prefeitura prima pela conduta ética em sua administração. O Código de Ética do Servidor (Decreto nº 13.319/2004) norteia os servidores com um conjunto de princípios, valores, direitos e deveres a serem seguidos. Para reforçar o compromisso com a Ética, em 2011, a Prefeitura instituiu por meio do Decreto nº 34.629/2011, o regime Ficha Limpa para os cargos em comissão ou funções de confiança. Com base na Constituição Federal e na Lei Complementar Federal 135/2010, o regime avalia situações que impeçam a ocupação desses cargos ou das funções na Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Para garantir que não ocorram casos de corrupção e conflitos de interesse, a Prefeitura monitora os processos de despesas dos órgãos municipais por meio de auditorias realizadas pela Controladoria Geral do Município. No que diz respeito à estrutura organizacional cabe à Controladoria Especial de Gestão Institucional da Casa Civil garantir a inexistência de conflitos de interesse. **[S04]**

Com relação ao nepotismo, a Prefeitura coíbe esse tipo de ação por meio de um Decreto que proíbe a nomeação de parentes para cargos, empregos e funções públicas. Além disso, o Tribunal de Contas do Município é responsável pela fiscalização das contas públicas e a Câmara Municipal as ações do Poder Executivo.

As denúncias sobre possíveis casos de corrupção podem ser feitas pelos cidadãos por meio da Central 1746, Ministério Público, Câmara dos Vereadores, Tribunal de Contas e Procuradoria Geral do município. As denúncias recebidas são apuradas mediante a instauração de sindicância.

Em 2011, dos cinco casos registrados pela SMA, três ocorreram com servidores e outros dois com fornecedores. A Prefeitura adota medidas de punição que vão desde advertências até a demissão de servidores e também o rompimento de contrato com fornecedores.

SAÚDE E SEGURANÇA DOS SERVIDORES

Garantir o bem-estar e a saúde de seus servidores é uma das preocupações da Prefeitura. Em 2011, por meio do Programa Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho (PNSST), decreto nº 7.602, a Prefeitura estendeu aos servidores estatutários, práticas relacionadas à saúde e à segurança do trabalhador, concedidos aos servidores celetistas, de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Destaca-se a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) que envolve a participação do empregado e empregador em ações que visam a saúde e a segurança no ambiente de trabalho. No Multirio, por exemplo, anualmente é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT). Organizado pela CIPA, o evento promove palestras, cursos, treinamentos entre outras atividades, voltadas para integração e conscientização dos servidores sobre a importância de conservar e proteger a saúde e integridade física dos mesmos.

Outras ações de promoção de saúde são realizadas pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), subsidiado por avaliações realizadas, por engenheiros ou técnicos de segurança do trabalho, nos Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Técnico de Condições de Trabalho (LTCAT). **[LA6]**

Na Administração Indireta, 52,9% das organizações possuem programas de prevenção, 41,2% possuem programas de aconselhamento, 35,3% passam tratamentos e 23,5% fazem treinamentos formais relacionados à saúde e à segurança no trabalho, os quais são estendidos às famílias e às comunidades. **[LA8]**

Em 2011, na Comlurb, a função de gari registrou a maior incidência de patologias. Para esses casos, a Prefeitura disponibiliza uma área de Serviço Social, que os orienta sobre questões relativas aos benefícios, agendamento de exames ou cirurgias pelo plano de saúde e realocação de função, caso necessário.

Na RIOLUZ, o treinamento sobre a utilização dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e EPCs é reforçado para garantir a segurança dos servidores expostos ao contato com energia elétrica, ruído, gases explosivos, entre outros. A modernização de equipamentos e ferramentas também é uma ação para minimizar os riscos e prevenir doenças. Devido ao intenso número de visita às obras, todos os funcionários da CDURP foram vacinados contra tétano, e, na ImplanRio, são realizados treinamentos e tratamentos adequados a tendinopatias.

Para contabilizar as taxas e os dados relativos à segurança ocupacional, em 2013, será implantado um sistema Módulo Percia (recurso PNAFM).

CAMPANHAS DE SAÚDE COM A POPULAÇÃO

Os agentes públicos realizaram ações de sensibilização com mais de 23 mil pessoas sobre cuidados com o lixo, a limpeza e a saúde, com ênfase na prevenção e combate ao mosquito da Dengue, em comunidades com UPPs Sociais. Abaixo, seguem alguns programas da Prefeitura, com destaque para o Projeto 'Compasso', de acompanhamento dos empregados portadores de deficiência: **[LA8]**

Tabela 9 - EXEMPLOS DE PROGRAMAS DE SAÚDE DA PREFEITURA:

Aconselhamento	Programa DE BEM COM A VIDA – Acompanhamento aos portadores de dependência química.	Inclusão dos empregados no grupo de acompanhamento aos dependentes químicos.
Aconselhamento	Programa Sócio-organizacional - PSO - empregados que receberam avaliação negativa na avaliação mensal de desempenho.	Acompanhamento social e encaminhamento aos empregados para áreas de psicologia, médica e de segurança do trabalho, de acordo com a avaliação efetuada pela assistente social.
Aconselhamento	COMPASSO - Projeto de acompanhamento aos empregados portadores de deficiência, evidenciando tanto os aspectos sociais quanto os profissionais.	Tem sido eficaz instrumento para o acompanhamento de pessoas com deficiência em sua rotina laboral e apresenta resultados animadores no que se refere à inserção e à participação desses empregados no contexto global da atuação produtiva dos empregados da Companhia.

PCMSO - Programa de controle médico de saúde ocupacional.	Programa de controle médico de saúde ocupacional é na sua essência um programa preventivo, que gerencia as atividades desenvolvidas na empresa através do monitoramento da saúde de seus trabalhadores. Desde sua entrada nos quadros da empresa até sua saída. O monitoramento é feito em função da exposição ou da idade do trabalhador.	Melhor qualidade de vidas dos nossos trabalhadores; Melhor desempenho da Empresa.
PPRA	Consiste no levantamento dos riscos ambientais existentes nos setores de trabalho das gerências operacionais e as medidas preventivas que deverão ser adotadas afim de eliminar ou reduzir o risco ambiental existente, visando diminuir os acidentes.	Melhoria das condições de trabalho e diminuição do número de acidentes.
PPP	Documento previdenciário com as informações necessárias para a aposentadoria do trabalho.	Aposentadoria essencial para o colaborador.
LTCAT	Laudo Técnico Pericial – no qual são avaliados as atividades desenvolvidas pelos empregados e as condições ambientais em que é realizado. Verificando se estes se enquadram nos anexos das Normas regulamentadoras NR-15 - Atividades Insalubres e NR-16 - Atividades Perigosas.	Quando o laudo técnico caracteriza que a atividade é insalubre ou periculosa, indica qual o percentual da insalubridade ou o adicional de periculosidade deverá ser concedido ao empregado.

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Prefeitura tem a atribuição de gerir, adequadamente, os diversos recursos naturais que faz uso. A Lei de Mudanças Climáticas prevê um Programa de Ecoeficiência cujo objetivo é estabelecer uma gestão integrada de eficiência no uso dos recursos naturais e, sobretudo, inclui critérios e metas para redução de consumo. A Lei incentiva, também, a exploração dos créditos de carbono em diversos projetos, como gestão de resíduos, transporte, energia e reflorestamento, entre outros.

A ENERGIA DA CIDADE

A energia elétrica consumida pela cidade do Rio de Janeiro é fornecida pela Light SESA, através de concessão federal. Dentre os serviços prestados pela concessionária, destacam-se o atendimento à nova ligação, o aumento de carga, remoção de rede, remoção de postes, desligamento e religação programados, religação de urgência, verificação de nível de tensão, aferição de medidor e vistoria de unidade consumidora.

Para atender à demanda da cidade, a Light adquire parte da energia de empresas geradoras, sendo que outra parte é obtida através de geração própria. Em 2011, 69,14% da matriz energética do município era composta por energia renovável, proveniente de hidrelétricas, eólica e biomassa e 30,86% por energia não renovável, proveniente de termelétricas. **[EN4]**

Em conformidade com a ANEEL, a Light destina 0,5% de sua receita operacional líquida, cerca de R\$ 30 milhões, a iniciativas de eficiência energética. A comunidade é beneficiada com 60% desse recurso, e o restante é aplicado em prédios públicos, hospitais, instituições de ensino e estação de água e esgoto. Dentre as cidades que a Light atende, o Rio de Janeiro é a mais beneficiada, recebendo mais de 80% de alocação do recurso. Em 2011, do total investido, R\$ 24,8 milhões, cerca de 50% beneficiaram os moradores das comunidades de baixa renda destacando as ações de troca de geladeiras e lâmpadas ineficientes. A Companhia também incentiva a coleta seletiva nas comunidades, bonificando a conta de energia elétrica.

Para evitar a ocorrência de apagões de energia na cidade, em 2011, a Light investiu na execução do Plano de Manutenção Emergencial que incluiu recuperação da rede subterrânea, intervenções na rede aérea e modernização da rede de distribuição em várias comunidades.

CONSUMO DE ENERGIA NA PREFEITURA

Em 2011, o consumo de energia elétrica atingiu 223.705.415 kWh (805.339 GJ), nos prédios públicos e, mais 440.374.027 kWh (1.585.346 GJ), na iluminação pública.

A Prefeitura está aprimorando sua gestão integrada de eficiência energética e na recente revisão do Plano Estratégico incluiu metas de redução e eficiência. Hoje existem ações de eficiência em alguns prédios da administração pública, como o uso de lâmpadas de baixo consumo e até mesmo projetos de captação de energia solar em sedes de Parques Naturais Municipais.

Um exemplo dessas ações ocorreu nos Parques Naturais Municipal Prainha e Penhasco Dois Irmãos, onde foram instalados painéis fotovoltaicos que transforma a energia luminosa do sol em energia elétrica. O sistema fotovoltaico possui um banco de baterias dimensionado para suportar até três dias seguidos sem sol e produz cerca de 330 kWh/mês, capaz de alimentar a iluminação da sede, com lâmpadas fluorescentes, o computador, impressora, ventilador de teto, televisão, frigobar, bebedouro, dentre outros pequenos equipamentos. **[EN6]**

Tabela 10 - PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM 2011:

2011 - PCRJ - EFICIENTIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	KWH ECONOMIZADOS, EM 2011 (ESTIMATIVA)	GJ	KWH A ECONOMIZAR POR ANO (ESTIMATIVA)	GJ	R\$ INVESTIDOS (2011)
CASS 1	Iluminação	Conclusão em 2012	Conclusão em 2012	296.700,00	1068,12	378.948,93
CASS 2	Iluminação	Conclusão em 2012	Conclusão em 2012	251.800,00	906,48	310.097,19
Unid. Públicas Escolas	Iluminação 36 escolas municipais, 20 mil pontos de iluminação eficientizados (lâmpadas, reatores e luminárias)	1.333.600,00	4800,96	1.333.600,00	4800,96	2.252.766,51

2011 - PCRJ - EFICIENTIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	KWH ECONOMIZADOS, EM 2011 (ESTIMATIVA)	GJ	KWH A ECONOMIZAR POR ANO (ESTIMATIVA)	GJ	R\$ INVESTIDOS (2011)
Hospital Municipal Jesus	Iluminação, modernização dos sistemas de iluminação e ar-condicionado	534.500,00	1924,20	534.500,00	1924,20	372.776,08
SMTR II (CET Rio)	Iluminação Semafórica, substituição de grande parte do sistema de iluminação semafórica por lâmpadas a LED, com menor consumo de energia e maior vida útil.	Conclusão em 2012	Conclusão em 2012	5.170,66	18,61	3.806.519,57
Hospital Miguel Couto	Iluminação e Climatização, modernização dos sistemas de iluminação e ar-condicionado	1.653.400,00	5952,24	1.653.400,00	5952,24	664.446,56
TOTAL		3.521.500,00	12.677,40	4.075.170,66	14.670,61	372.776,08

Fonte: Light.

CIDADE ILUMINADA

A gestão de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro é realizada pela RIOLUZ, vinculada à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos da Prefeitura. Atualmente, a cidade possui 418.269 pontos de iluminação.

Em 2010, a RIOLUZ iniciou uma reformulação desses pontos substituindo luminárias antigas e obsoletas em todos os bairros, o que acarretou um aumento de até 30% de luminosidade e redução. Em 2011, foram reformulados 45.557 pontos e implantados 7.234 novos pontos.

Atenta à questão da eficiência energética, a RIOLUZ tem adotado o uso de equipamentos com baixo consumo de energia elétrica e maior índice de luminosidade, como a iluminação em LED na Ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas, Catedral Metropolitana e Morro dos Prazeres. O órgão também aderiu ao Programa Nacional de Iluminação Pública, RELUZ, um programa de financiamento do governo federal que tem com objetivo promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, assim como valorizar os espaços urbanos durante as noites, contribuindo com a melhoria das condições de segurança pública e qualidade de vida.

O projeto, que inicia em 2012, contemplará 32.480 pontos de iluminação, totalizando um investimento de mais R\$ 14 milhões. Estima-se que com o término do projeto, a Prefeitura economizará cerca de R\$ 7 milhões ao ano, e um aumento de 7% no fluxo luminoso da cidade.

[EN5, EN6]

DE ONDE VEM A ÁGUA CONSUMIDA NA CIDADE?

O consumo e o tratamento da água da Cidade do Rio de Janeiro são de responsabilidade da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), por meio de um convênio em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para esse segmento de atuação. A Companhia opera e mantém a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos.

A principal fonte de água para abastecimento da cidade é a Bacia do Rio Guandu, que é interligada com a Bacia do Rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, por meio de transposições. Atualmente, as derivações do Rio Paraíba do Sul e as vazões do Ribeirão das Lajes alimentam o Rio Guandu.

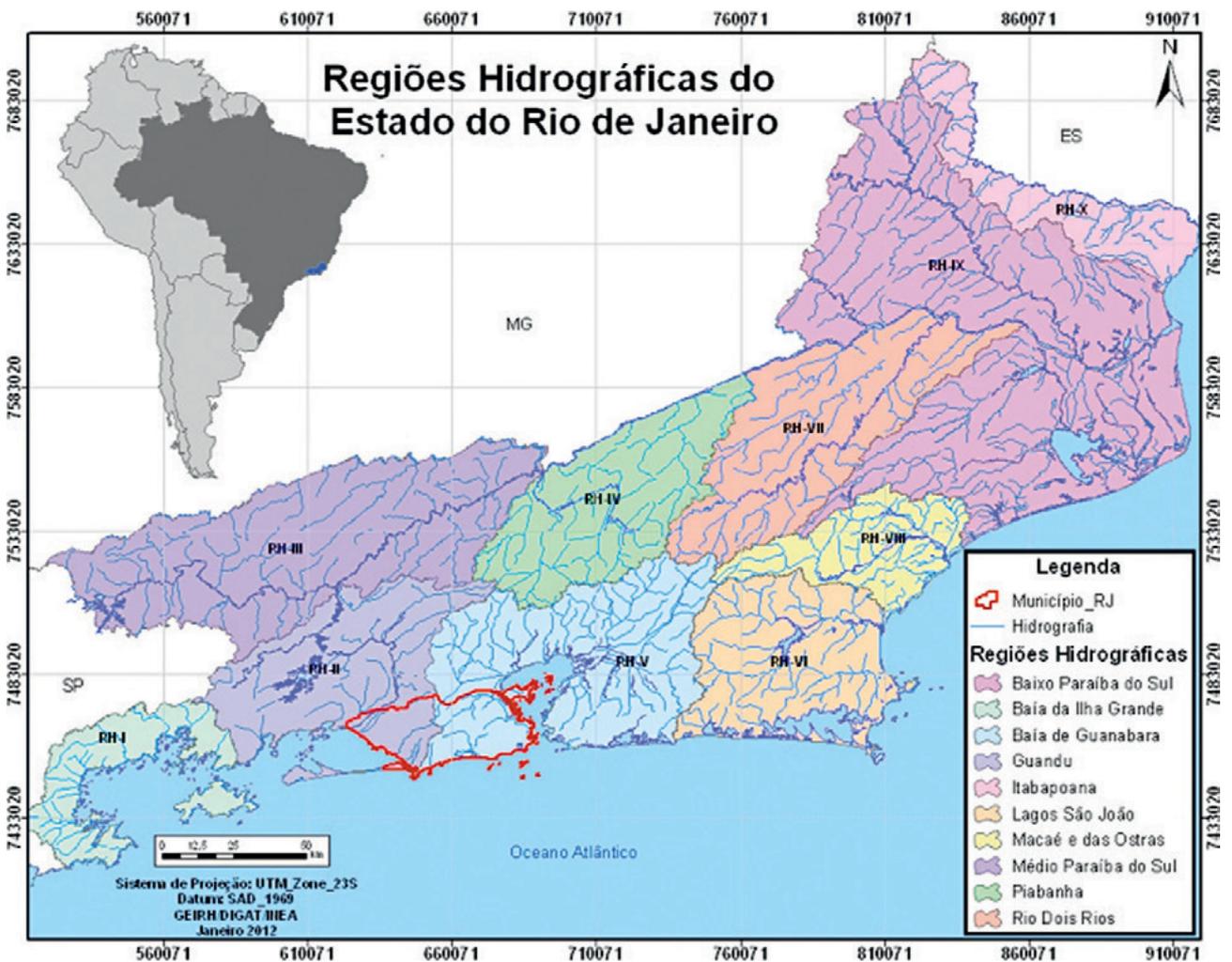


Figura 1 - Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: INEA

VOLUME DISTRIBUÍDO PELA CEDAE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E CONSUMO DA PMCRJ EM 2011

Sistema de Abastecimento	Município onde ocorre a captação	Volume distribuído no Município do Rio de Janeiro (milhões m ³ /ano)	Tipo de origem da água	Volume distribuído no Município do Rio de Janeiro (milhões m ³ /ano)	Volume consumido pela Prefeitura (milhões m ³ /ano)	% consumido pela Prefeitura
Guandu	Nova Iguaçu	957,59	externa (água importada de outros municípios)	1.087,78	7,82	0,72
Ribeirão das Lajes	Piraí	129,29				
Imunana Laranjal	Guapimirim	0,90				
Pequenos Mananciais	Rio de Janeiro	13,04	interna (água captada no próprio Município do Rio de Janeiro)	13,04	0,02	0,18
Total (externa + interna)				1.100,83	7,84	0,71

A vazão Q7,10 para o Rio Guandu é definida utilizando com base o Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Guandu - PERH Guandu (2006)¹. A estimativa da disponibilidade hídrica superficial do Rio Guandu, na sua foz, corresponde a 121,16 m³/s. A água captada é tratada na ETA (Estação de Tratamento de Água) do Guandu e distribuída para 92% da população da Cidade do Rio de Janeiro. [EN9]

Tabela 11 - BALANÇO HÍDRICO NA BACIA DO RIO GUANDU:

Vazão outorgável na Bacia do Rio Guandu	121,16 m ³ /s
Vazão outorgada – captação	98,21 m ³ /s
Vazão outorgada – lançamento	23,44 m ³ /s
Vazão mínima na foz do Canal de São Francisco	25,00 m ³ /s

Fonte: SEHID, INEA.

A captação de água acima de 0,4 l/s para captações superficiais e de 0,058 l/s para extrações de água subterrânea na Cidade do Rio de Janeiro, como nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, requer outorga pelo uso da água (autorização) expedida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA)². Abaixo desses valores, o usuário precisa também se regularizar, mas recebe uma certidão de uso insignificante.

Em 2011, o INEA expediu para a cidade do Rio de Janeiro outorgas que somam cerca de 103 milhões de m³ de água, sendo pouco mais de 80 milhões de m³ de captação superficial e quase 23 milhões de m³ de captação subterrânea. Desse total, aproximadamente 51% é destinado à indústria, 13% às residências, 16% a termoelétricas e o restante dividido em criação animal, esgoto, irrigação, mineração, e outros. [EN8]

1 O balanço hídrico é o resultado da quantidade de água que é retirada e lançada em uma bacia. Este balanço é importante para garantir uma vazão mínima nos cursos d'água.

2 Conheça o INEA acessando <http://www.inea.-rj.gov.br/index/index.asp>

Tabela 12 - CAPTAÇÃO HÍDRICA OUTORGADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

CAPTAÇÃO POR FONTE	M ³	%
Captação superficial	80.259.765	77,96%
Captação subterrânea	22.690.009	22,04%
TOTAL	102.949.774	100%

CAPTAÇÃO POR FINALIDADE	M ³	%
Abastecimento	13.355.064	12,97%
Criação Animal	12.672	0,01%
Esgotamento	1.202.794	1,17%
Indústria	52.406.435	50,90%
Irrigação	9.089	0,01%
Mineração	526.272	0,51%
Termoelétrica	16.207.578	15,74%
Outros	19.229.871	18,68%
TOTAL	102.949.774	100%

Fonte: SEORH/INEA.

Outros corpos hídricos que abastecem a cidade são: Rio Boa Vista, Rio Tijuca, Rio Gávea Pequena, Rio Palmeiras, Rio Camorim, Rio Mendanha, Rio Quininha / Batalha, Rio Caboclo, Rio Coqueiro / Andorinha/Tachas, Rio Sacarrão e Rio Grande. Também ocorre captação de pequenos mananciais, que representam cerca de 1,2% da vazão de água distribuída na cidade e tem como finalidade abastecer comunidades isoladas que não tem como ser atendidas pelo sistema convencional.

DESCARTE DE EFLUENTES

Em 2011, foram descartados em mar ou zona estuarina através das Estações de Tratamento de Esgotos e Emissários Submarinos da CEDAE, aproximadamente, 17.000 l/s de água, proveniente de uso residencial, comerciais e indústrias, sendo que o último ainda recebe outros tratamentos previamente.

Parte do efluente gerado é tratado na Estação de Tratamento e Esgoto (ETE) Penha, possibilitando o reuso de água em serviços de lavagem de ruas, entre outros. Em 2011, foram reutilizados cerca de 20 l/s da ETE Penha, que corresponde a 630.000 m³/ ano, de água na cidade. **[EN21; EN10; EN26]**

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

A gestão de recursos hídricos da Prefeitura é feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mais especificamente pela Coordenaria de Recursos Hídricos, cujas principais funções são: implementar a Política de Utilização dos Recursos Hídricos do Município do Rio de Janeiro, em coordenação com os demais órgãos municipais, interagindo com as demais esferas de governo; planejar, coordenar, implantar e manter um banco de dados de informações de suporte à gestão municipal de recursos hídricos; entre outros.

Em 2011, o consumo de água da Prefeitura foi de 7.846.020,30 m³, principalmente para a utilização em seus prédios públicos, banheiros e bebedouros, entre outras finalidades. O descarte de efluentes (esgoto sanitário), por sua vez, foi de 6.276.816,24 m³. **[EN8, EN9, EN21]**

CONSUMO DE MATERIAIS

Dentre as diversas atribuições administrativas da Prefeitura, está a de adquirir, manter e controlar o uso de materiais. Administrar o uso de materiais é fundamental, principalmente, devido aos investimentos financeiros envolvidos e, por isso, a Prefeitura orienta os servidores quanto ao uso correto dos mesmos.

A Prefeitura adquire diversos materiais que atendem tanto o uso administrativo interno, como materiais de escritório e microcomputadores, quanto a itens que atendem diretamente a população como material para obras civis e kits escolares.

A divisão entre Prefeitura e Cidade apresenta os principais³ itens de aquisição realizados pela Secretaria Municipal de Administração (SMA) e de forma descentralizada pelos demais órgãos, correspondendo a 54% dos investimentos. **[EN1]**

Tabela 13 - PRINCIPAIS MATERIAIS UTILIZADOS NA PREFEITURA:

MATERIAIS NÃO RENOVÁVEIS	QTDE	UNIDADE
Projektor Multimídia	11.693	Unidade
Netbook	13.063	Unidade
Equipamento, REDE	440	Unidade
Sulfato de Alumínio	12.466.500	Unidade
Microcomputador Estação de Trabalho Tipo 1	3.447	Unidade
MATERIAIS RENOVÁVEIS	QTDE	UNIDADE
Papel Reprográfico, A4, Branco	546.853	Resma
Papel Higiênico, Branco, Folha Dupla	4.696.367	Rolo

Fonte: SMA

Tabela 14 - MATERIAIS ADQUIRIDOS PELA PREFEITURA, UTILIZADOS NA CIDADE:

MATERIAIS NÃO RENOVÁVEIS	QTDE	UNIDADE
Uniforme Escolar - Kit Completo	819.983	Conjunto
Mochila Escolar	1.004.747	Unidade
Conjunto Escolar Discente	281.213	Conjunto
Conjunto Escolar - Educação Especial	481.584	Unidade
Cimento Asfáltico	10.430	Tonelada
Pedra Britada "0"	75.213	Tonelada
Pó, Pedra	88.400	Tonelada
Saco Plástico	4.520.000	Unidade
MATERIAIS RENOVÁVEIS	QTDE	UNIDADE
Livros/Folhetos	2.141.604	Unidade

Fonte: SMA

3 Dos restantes 46% dos investimentos em aquisição de materiais realizados pelos diversos órgãos da Prefeitura, cerca de 20% dizem respeito a obras civis sem discriminação dos insumos e 26% se referem a mais de 4.000 itens de menor representatividade percentual quando analisados individualmente.

INTEGRAÇÃO URBANA

TRABALHAR PELA INTEGRAÇÃO DA CIDADE TEM SIDO UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA PREFEITURA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

A ideia de integrar os diversos bairros da cidade, já é discutida há muito tempo pelos governantes. Isso porque o desafio é grande e, também, requer muitos investimentos. Investir em mobilidade urbana facilita o tráfego e reduz o tempo de deslocamento da população, porém a questão da integração urbana propõe algo ainda maior: inclusão social por meio de mais acesso à cultura, à educação, à saúde, ao trabalho e renda, e aos demais serviços prestados pela Prefeitura.

É nesse sentido que a Prefeitura vem trabalhando e, aos poucos, tem executado uma série de ações que visam o desenvolvimento sustentável. O Planejamento de Mobilidade Urbana segue as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado pela Câmara Municipal, em 2011, e que apresenta inovações.

OCUPAÇÃO URBANA ALIADA À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Os investimentos de infraestrutura urbana levam em consideração a paisagem da cidade, marcada pela presença de montanhas cobertas de vegetação florestal, muito próximas ou em contato direto com as praias, e pelas baixadas com lagunas, brejos alagadiços, mangues e restingas.

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO

A Prefeitura por meio da Secretaria de Meio Ambiente (SMAC), Rio Águas e Geo Rio, elaborou uma matriz de risco da cidade que está ligada, principalmente, à ocupação desordenada nas encostas e nas marginais das praias, o que contribui com o surgimento de áreas de risco de deslizamentos de terra, rolamento de rochas e enchentes, responsáveis por grandes prejuízos econômicos e sociais à cidade.

Essa ocupação desordenada está, aos poucos, perdendo espaço para programas previstos na Política Habitacional da Cidade do Rio de Janeiro. Dentre os programas destacam-se o Morar Carioca e Minha Casa Minha Vida, que possuem diretrizes para a utilização de técnicas de drenagem nas ruas, com maior permeabilidade; ciclovias interligadas à malha existente na cidade; reflorestamento e recuperação ambiental de áreas do entorno; Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para recolhimento de resíduos volumosos, entulho e reciclados; podas de vegetação; dentre outros.

Outra forma de inibir a ocupação em áreas de riscos são os Mutirões de Reflorestamento organizados pela Secretaria de Meio Ambiente. Esse projeto envolve a participação direta das comunidades que vivem nesses locais, buscando a preservação das áreas reflorestadas e a recuperação ambiental da cidade.

O projeto está presente em cerca de 150 comunidades da cidade e conta com o trabalho de 800 pessoas que cuidam de uma área de reflorestamento superior a dois mil hectares, onde foram plantadas mais de 6 milhões de mudas de mais de 150 espécies de árvores sendo, em sua maioria, nativas da Mata Atlântica.

Por meio do Centro de Educação Ambiental, a SMAC realiza um trabalho de conscientização das comunidades para a importância das áreas verdes, a fim de garantir a integridade das áreas reflorestadas e inibir a expansão das comunidades sobre as áreas de risco ou de proteção ambiental. Por meio do Programa Bairro Maravilha, a Prefeitura também recuperou áreas da cidade com serviços de implantação de pavimentação asfáltica, calçadas, sistema de drenagem, além de rede de esgoto.

UPP SOCIAL PROMOVE A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES PACIFICADAS

Lançado em 2011, o Programa UPP Social é responsável pela mobilização e coordenação de ações municipais nos territórios beneficiados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e por sua articulação com as iniciativas de outros níveis de governo, do setor privado e da sociedade civil, com o objetivo de promover a integração social e urbana plena dessas áreas ao conjunto da Cidade do Rio de Janeiro.

Sob a coordenação do Instituto Pereira Passos (IPP-Rio), o programa busca ampliar o acesso dos moradores desses territórios aos serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, educação, saúde e assistência social, com qualidade compatível à existente nas demais áreas da cidade. A UPP Social também atua para promover a regularização urbanística e o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural desses territórios.

O programa atua nas 19 UPPs existentes na cidade do Rio de Janeiro, além dos três territórios ocupados – Rocinha, Alemão e Penha - abrangendo 118 comunidades e cerca de 400 mil pessoas. Após a implantação da unidade de polícia pacificadora no território, a UPP Social passa a coordenar e dar suporte a um esforço intenso de ampliação e qualificação dos serviços de conservação urbana, limpeza e coleta de lixo e iluminação pública. Segue-se a implantação de novos padrões de prestação regular de serviços, como o programa 'Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa', dedicado à qualificação da coleta de lixo nas áreas de UPP, realizado pela Comlurb e Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos em parceria com a UPP Social. A nova logística de coleta, que conta com equipamentos especiais para circulação em favelas e se baseia na participação comunitária, está em seis áreas de UPP.

A estrutura do programa conta com equipes de gestão territorial presentes em cada comunidade, dedicadas à interlocução regular com moradores e organizações locais, à identificação de demandas e ao suporte à implantação local de ações pelos diversos agentes. Uma rede de gestão institucional, formada por representantes de todas as secretarias e órgãos vinculados da Prefeitura, atua na geração de respostas para as demandas identificadas e o reforço da integração entre as ações municipais no território.

Outra importante área do programa é a geração e gestão de informações, assim como o monitoramento das ações públicas nas áreas de UPP. A UPP Social trabalha na produção e aprimoramento de bases de dados, mapas e indicadores sobre as áreas pacificadas. Um projeto em curso é a produção de Mapas Rápidos Participativos (MRPs) para todas as UPPs. Através dos MRPs, é possível classificar os territórios em microáreas, a partir da observação de variáveis

como qualidade das construções, acesso a serviços e condições das vias públicas. Esta e outras iniciativas formam um já significativo conjunto de informações sobre áreas de UPP, que poderá ser usado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para o planejamento e gestão de suas ações nas áreas pacificadas.

MORAR CARIOCA

O Programa Morar Carioca prevê a urbanização de todas as comunidades do Rio até 2020, promovendo o desenvolvimento urbano com inclusão social e melhoria na qualidade de vida. Serão implantados os serviços básicos de conservação da infraestrutura, como iluminação, pavimentação, drenagem, limpeza e haverá controle de expansão de moradias irregulares, sob fiscalização da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP).

Para a realização do projeto, o investimento total será de R\$ 8 bilhões, com recursos da Prefeitura, Governo Federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e beneficiará 260 mil domicílios até 2020. O Morar Carioca vai ser aplicado em todas as regiões do Rio beneficiando a cidade como um todo, não apenas os moradores das áreas diretamente afetadas.

PORTO MARAVILHA

A Operação Urbana Porto Maravilha, criada pela Lei Municipal nº 101/2009, é mais umas das iniciativas da Prefeitura diante da nova dinâmica econômica, impulsionada pelos grandes eventos que vão ocorrer na cidade, nos próximos anos. A finalidade dessa Operação é promover a reestruturação local, ampliando, articulando e requalificando os espaços públicos da região. Mais do que criar condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer para a comunidade, a Operação fomenta o desenvolvimento econômico da região, em harmonia com o meio ambiente, criando parâmetros urbanísticos e ambientais específicos às novas edificações da região, que deverão incorporar o reaproveitamento de águas pluviais e servidas, o uso de energias limpas, entre outros.

O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho.

Em 2011, iniciou-se a segunda fase de trabalhos que consiste na reurbanização da região até 2015, e na introdução de um novo padrão de qualidade dos serviços urbanos, que incluem coleta seletiva de lixo e iluminação pública eficiente e econômica. Para facilitar a mobilidade ao local, o Elevado da Perimetral foi demolido, a Avenida Rodrigo Alves passou a ser via expressa, foi criada uma nova rota chamada provisoriamente de Binário do Porto, e 70 km de vias foram reurbanizadas. E, para valorizar o patrimônio histórico da região, o Porto Maravilha, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, prevê a implantação de projetos de impacto cultural, como o Museu de Arte do Rio de Janeiro (Mar), na Praça Mauá, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá.

O projeto conta com o apoio dos Governos Estadual e Federal, sendo que todo o processo de implantação é coordenado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista, controlada pela Prefeitura. A CDURP tem como principais funções implementar e gerir a concessão de obras e serviços públicos na região, além de administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.

Parte do dinheiro investido na reestruturação do Porto Maravilha vem da compra dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (*ver detalhes em <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>*), autorizado pela Lei nº 101/2009, que permite a construção além dos limites atuais, com exceção das áreas de preservação, de patrimônio cultural e arquitetônico, e dos prédios destinados ao serviço público.

Acompanhe o andamento da reestruturação do Porto Maravilha acessando o site: <http://portomaravilha.com.br>

EXPANSÃO DO SANEAMENTO NA ZONA OESTE

Em 2011, a Prefeitura iniciou as obras de um sistema de tratamento de esgotos sanitários para atender à zona oeste da cidade, considerada uma das mais precárias. A ação está prevista no Plano Estratégico da Prefeitura que tem como meta aumentar para 30% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento até 2012.

A expansão da rede de saneamento básico implica na melhoria da saúde pública e qualidade de vida, assim como na redução de despejo de esgoto sem tratamento nos rios e baías.

FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O aquecimento do setor da construção civil no Rio de Janeiro impulsionou a SMAC a investir no aprimoramento do sistema de licenciamento da cidade. Em 2011, com a crescente demanda de licenciamento ambiental, a Prefeitura investiu no mapeamento dos processos, na contratação de pessoal e treinamentos técnicos, registrando o maior número de licenças ambientais, por metro quadrado, já liberadas pela SMAC.

A função do licenciamento e fiscalização ambiental é exigir que empresas com atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras adotem as melhores práticas, equipamentos e sistemas de controle de poluição, minimizando o risco de contaminação do solo, cursos hídricos e do ar. As principais áreas contaminadas estão localizadas em postos de revenda de combustíveis e em áreas industriais e para conter esse passivo, a SMAC trabalha o aspecto da prevenção.

Por meio do Centro de Educação Ambiental, a equipe envolvida no licenciamento e fiscalização ambiental, em parceria com organizações privadas, busca disseminar aos diferentes setores da economia a importância de desenvolver boas práticas ambientais. Esse trabalho de conscientização ambiental, sob variados aspectos, é estendido à população.

A maioria das ações de fiscalização SMAC é direcionada pelas denúncias feitas pelos cidadãos. No momento da verificação da denúncia, o órgão identifica as irregularidades e toma a medida adequada à situação que pode variar de notificação à interdição ou embargo do local em questão. A implantação da Central 1746 (*veja detalhes na página 25*) contribuiu com o aumento de denúncias, em 2011.

Em 2011, a Prefeitura aplicou 303 autos de infração a terceiros, resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais, um total de R\$ 1.882 milhão. A maior parte dessas multas, cerca de R\$ 1.562 milhão, refere-se a ações da Patrulha Ambiental que é a responsável por atendimento às denúncias em caráter emergencial, sendo que os principais tipos de infração se referiram a desmatamento, obras sem licenciamento ambiental e poluição sonora. **[EN28]**

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

INFRAESTRUTURA URBANA				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Promover, até o final de 2012, a construção de 50 mil novas unidades de habitação de interesse social, na cidade, através de parcerias com setor privado e outras esferas de governo.	Mil unidades construídas	0	35	37,93
Recuperar 300 km de vias públicas na Zona Norte, até o final de 2012.	Km	9	166	290,8
Reduzir, em pelo menos, 3,5% as áreas ocupadas por favelas na cidade até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	%	0	2	1,8
Reduzir, em pelo menos, 20% o número de pontos críticos de enchentes na cidade, até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	Números de pontos críticos de enchente	230	207 pontos	206 pontos
Concluir, até o final de 2012, a fase 1 do Projeto Porto Maravilha (inclui a abertura da Pinacoteca, a reforma do Píer Mauá, a recuperação de armazéns nas docas, a revitalização do Bairro da Saúde, a garagem subterrânea da Praça Mauá e a construção de um novo acesso viário ao porto).	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos, adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	8	5 (nota baseada no andamento dos marcos definidos, conforme cronograma de obras)
Aumentar para 30% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP-5, até 2012.	%	5	12%	12,41%

PROTEÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE

A Cidade do Rio de Janeiro possui 42,2% de cobertura vegetal, considerando os 77 parques urbanos federais, estaduais e municipais; as áreas de reflorestamento; a agricultura; a vegetação exótica; e as áreas de Mata Atlântica, um dos biomas de maior diversidade do Brasil.

A Prefeitura é responsável pela manutenção dessas áreas que além da importância no âmbito nacional, são essenciais à melhoria da qualidade de vida da população local. A maior parte das áreas municipais é classificada para uso sustentável, onde estão localizadas além de áreas públicas, áreas privadas.

Na cidade estão localizados dois importantes ícones da biodiversidade no País: a Floresta da Tijuca, área de proteção integral, e o Jardim Botânico, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por sua relevância sobre o conhecimento e à conservação da biodiversidade das diversas regiões brasileiras.

Entre as ações que visam manter a biodiversidade, está a implantação de Unidades de Conservação (UC), observando critérios ecológicos e de planejamento relacionados à função ambiental desses fragmentos em ambiente urbano, buscando compatibilizar conservação de biodiversidade local e controle das pressões antrópicas.

Atualmente, a cidade conta com 49 UC municipais. O Parque Nacional da Tijuca está sob gestão compartilhada com o município e os parques estaduais da Chacrinha e Grajaú são administrados pela SMAC. [\[EN13\]](#)

Tabela 15 - EXTENSÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

	MUNICIPAL		ESTADUAL		FEDERAL	
	Nº área	Km ²	Nº área	Km ²	Nº área	Km ²
Uso sustentável	35	333,90	1	1,71	-	-
Tombamento	5	6,88	13	2,99	1	1,34
Proteção integral	17	26,88	4	162,90	2	40,23

Fonte: CMA/ SMAC.

O Plano Estratégico da cidade prevê uma meta de 1.500 ha reflorestados até 2012. Em 2011, a Prefeitura reflorestou 609, 53 ha. Esse trabalho foi realizado por meio do Projeto Mutirão de Reflorestamento e reforçado pela contratação de empresas especializadas em técnicas de restauração ecológica que visam a autossustentabilidade dessas áreas reflorestadas.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

MEIO AMBIENTE				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Fazer o reflorestamento de 1.500 ha até 2012.	Hectares	0	600 ha	609,53 ha

GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

A Prefeitura garante que todas as diretrizes, objetivos, instrumentos, políticas públicas, bem como suas metas e ações, no âmbito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro, devem contemplar a variável ambiental e paisagística, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da Cidade. **[EN14]**

Essa ação garante a integridade e qualidade das áreas protegidas, reduzindo, conseqüentemente, a vulnerabilidade das espécies afetadas, visa a proteção e recuperação da Paisagem, considerada o bem mais valioso da cidade, e ainda articula ações de todas as esferas governamentais e promoção de iniciativas de interesse comum relativas às políticas de transporte, meio ambiente, saneamento ambiental, zona costeira, equipamentos urbanos, serviços públicos e desenvolvimento econômico e sustentável. Conheça o Plano Diretor: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138989>.

Em complemento ao Plano Diretor, a SMAC elaborou o Sistema de Planejamento e Gestão Ambiental, que tem o objetivo de integrar as diversas políticas públicas, no que concerne à efetiva proteção e valorização do meio ambiente. A Secretaria também avalia os Projetos de Estruturação Urbana (PEUs) apresentados pela Secretaria Municipal de Urbanismo, analisando os efeitos de alterações do ordenamento urbano de bairro sobre a qualidade do ambiente local.

São realizadas análises qualitativas e quantitativas dos parâmetros urbanísticos propostos, que garantem espaços equilibrados, proporcionando serviços ambientais que agregam qualidade ao ambiente construído, ao mesmo tempo em que conservam a paisagem natural da cidade. Já foram analisadas propostas de alteração dos Bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Maracanã, Andaraí, Vila Isabel, Grajaú, Joá e parte da Barrinha (Barra da Tijuca). **[EN14]**

CORREDORES VERDES

O Projeto Corredores Verdes foi criado, em 2011, pela SMAC e consiste numa faixa territorial de ligação dos Parques Naturais Municipais de Marapendi e Chico Mendes, que possuem áreas protegidas destinadas à restauração da vegetação nativa da Mata Atlântica. Além de aumentar a circulação de animais silvestres e a volta de algumas espécies que já não estejam transitando mais na região, o projeto contribui para a preservação e conservação das paisagens e da Malha Verde Municipal, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico da cidade.

O Projeto prevê ações de manejo da vegetação, executadas pela Fundação Parques e Jardins (FPJ), reflorestamento, cercamento, entre outras ações, executadas pela SMAC. Durante o andamento do projeto, haverá campanhas educativas junto aos moradores do entorno, realizadas pelos Agentes Ambientais do Centro de Educação Ambiental – CEA, a fim de demonstrar a importância do trabalho e compartilhar a responsabilidade da preservação e conservação das áreas verdes da cidade.

O Corredor Verde será uma das ferramentas do Mosaico Carioca - gestão integrada de todos os parques e demais áreas protegidas da cidade sob a administração municipal, estadual e federal. Estima-se que, até 2012, serão reflorestados 1.300 metros de vegetação nativa. **[EN14]**



Figura 2 - Corredores Verdes. Fonte: FPJ

SOLUÇÕES PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS

A Coordenadoria de Resíduos Sólidos, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), possui, entre suas atribuições, a articulação entre diferentes órgãos da administração pública municipal e sociedade civil para desenvolver soluções para os resíduos sólidos urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. Um importante fórum para essas discussões é a Câmara Setorial Permanente de Gestão de Resíduos do Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – CONSEMAC.

CONSEMAC

O Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, criado pela Lei 2.390 de 01/12/1995, é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do Sistema de Planejamento e Gestão Ambiental do Município. São atribuições do CONSEMAC, resguardadas outras atribuições estabelecidas pela legislação em vigor: definir, acompanhar, fiscalizar, promover e avaliar políticas, ações, projetos e programas referentes às questões relativas ao meio ambiente. Possui representação paritária de membros do Poder Executivo e da sociedade civil, possibilitando, aos vários segmentos da população, a participação e a fiscalização da política ambiental da cidade. Câmaras:

- Câmara Técnica - Bacia Drenante à Baía da Guanabara
- Câmara Técnica - Bacia Drenante à Baía de Sepetiba
- Câmara Técnica - Bacia Drenante às Lagoas Costeiras
- Câmara Técnica - Políticas Ambientais
- Câmara Setorial Permanente - Direito Ambiental

- Câmara Setorial Permanente - Licenciamento e Fiscalização Ambiental
- Câmara Setorial Permanente - Unidades Conservação Ambiental
- Câmara Setorial Permanente de Educação Ambiental
- Câmara Setorial Permanente de Gestão de Resíduos
- Câmara Setorial Permanente - Monitoramento Ambiental
- Câmara Setorial Permanente do Fundo de Conservação Ambiental
- Câmara Setorial Temporária - RIO 2016
- Câmara Técnica Temporária RIO+20

Saiba mais sobre o CONSEMAC, acessando: <http://www0.rio.rj.gov.br/smac/consemac/index.shtm>

Além de gerir os resíduos provenientes de suas atividades, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB), recolhe e destina resíduos sólidos domiciliares (residenciais e comerciais), resíduos públicos (varrição de ruas e praias), resíduos de serviços de saúde de unidades municipais e resíduos de construção civil.

De acordo com a Lei Municipal 3.273, de 06/09/91 – Lei de Limpeza Urbana – a COMLURB é a responsável pela implementação do conjunto de todas as ações técnicas, operacionais, regularizadoras, normativas, administrativas e financeiras necessárias ao planejamento, execução e fiscalização das atividades vinculadas à limpeza urbana do Município. Em 2011, no desempenho de suas funções, a COMLURB coletou e deu destinação final adequada a cerca de 3,6 milhões de toneladas de resíduos. Desses, mais de 8.000 toneladas foram recicladas e mais de 17,5 mil toneladas foram compostadas, sendo o restante destinado aos aterros sanitários da cidade. [EN22]

RESÍDUOS SÓLIDOS DESTINADOS PELA COMLURB EM 2011 (t)

Reciclagem	8.029
Compostagem	17.562
Aterro Sanitário	3.542.123
Total	3.567.714

Fonte: COMLURB

Ainda de acordo com a Lei de Limpeza Urbana, a destinação dos resíduos produzidos por Grandes Geradores (entidades que produzem mais do que 120 litros ou 60 kg de lixo por dia) são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. Cabe ao gerador escolher a melhor forma de destinação – encaminhamento para reciclagem, para disposição em aterros, etc. – de cada um dos tipos de resíduos por ele gerado. Em função de suas características, os locais de destinação deverão obrigatoriamente estar licenciados pelo órgão ambiental competente. E para informar à população sobre a importância de gerir bem os resíduos, destinando-os de forma adequada e sempre que possível reaproveitá-los, a Prefeitura realiza palestras e distribui material informativo sobre o tema. Hoje, a Prefeitura pratica a coleta seletiva porta a porta em 42 do total

de 160 bairros da cidade, passando uma vez por semana, nos principais logradouros. Com a assinatura do Contrato entre a Prefeitura e o BNDES, no valor de R\$ 52 milhões em dezembro de 2010, será possível ampliar a Coleta Seletiva para toda a cidade. O BNDES será responsável pela aplicação de recursos, não reembolsáveis, da ordem de R\$ 22 milhões e a Prefeitura de R\$ 30 milhões. Ao todo serão construídas seis Centrais de Triagem com capacidade de 20 e 30 t/dia, inclusão social de até 1.500 catadores, 150 t/dia de recicláveis processados. As Centrais de Triagem serão administradas por Cooperativas de Catadores e serão abastecidas pelos materiais recicláveis recolhidos pelo serviço de coleta seletiva residencial, de acordo com nova logística desenvolvida para atender ao Projeto. Com essas medidas, a Prefeitura levará a coleta seletiva residencial, duas vezes por semana, a todos os bairros da cidade, estimando-se que o índice atual de 1% de coleta seletiva, dos 40% potencialmente recicláveis existentes no lixo domiciliar, seja ampliado para 3% ainda em 2012, e para 4 e 5%, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, quando todas as 6 Centrais estarão em operação. Como forma de incentivar a cadeia produtiva da reciclagem, a Prefeitura aprovou o licenciamento ambiental prioritário e simplificado de empresas beneficiadoras de resíduos.

LOCALIZAÇÃO DAS CENTRAIS DE TRIAGEM:



Objetivando a redução do volume dos resíduos a serem dispostos, a economia de recursos naturais, a redução do fluxo de caminhões em circulação e, conseqüentemente, a redução das emissões de GEE, a Prefeitura, determinou, através dos Decretos 34.873/2011 e 33.971/2011, que foi estabelecida a obrigatoriedade de utilização de misturas asfálticas contendo borracha de pneus inservíveis na pavimentação de vias expressas e rodovias e também a obrigatoriedade de utilização de agregados reciclados oriundos da construção civil – RCC, em obras e serviços de engenharia realizados pela cidade. Essas ações passaram a ser uma exigência para a obtenção da licença ambiental e as recentes obras realizadas pela Prefeitura, como, por exemplo, a reforma do Maracanã e do Sambódromo, assim como as obras do Porto e os BRTs.

Ainda como exemplo, em 2010, foram reaproveitados 33.024 pneus, utilizados como um dos insumos na fabricação de 167.765,31 mil toneladas de massa asfáltica e, em 2011, mais 43.458 pneus também foram utilizados como um dos insumos para produzir 201.190,94 mil toneladas

de massa. [EN2; EN22] Outro projeto, o Coco Verde, promove o recolhimento segregado de cascas de coco consumidas, nos fins de semana, nas principais praias da Zona Sul para serem reaproveitadas em projetos de beneficiamento de resíduos, contribuindo assim, com a diminuição da demanda de lixo destinada aos aterros. Ao longo de um ano, foram recolhidas mais de 600 toneladas de casca de coco. Segundo a ARERJ – Associação de Recicladores do Estado do Rio de Janeiro, as empresas localizadas no Estado consomem mensalmente como matéria-prima 68.600 toneladas de materiais recolhidos na cidade, tais como plástico (16.000 t), PET (1.600 t), metais (36.000 t), papel/papelão (15.000 t), e vidro (400 t), sendo que, na cidade, só existem empresas beneficiadoras de vidro e PET, os demais recicláveis são processados nos outros municípios do Estado. [EN26]

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SEROPÉDICA

Em 2011, a cidade foi beneficiada com a nova Central de Tratamento de Resíduos (CTR), em Seropédica. Essa iniciativa segue o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que compartilha a responsabilidade sobre os resíduos gerados nos municípios entre a sociedade civil, o Poder Público e as instituições privadas, e, de forma gradativa, irá desativar o Aterro de Gramacho, no decorrer de 2012. Com capacidade para receber, inicialmente, cerca de mil toneladas de lixo por dia, vindos da cidade do Rio de Janeiro e dos municípios de Itaguaí e Seropédica, a CTR reúne tecnologias pioneiras na América Latina para garantir o destino adequado do lixo, sem riscos para o meio ambiente. Entre as principais tecnologias empregadas estão a tripla camada de impermeabilização do solo feita com mantas reforçadas de polietileno de alta densidade (PEAD) e sensores ligados a um *software* que indica qualquer anormalidade no solo. Outra inovação será o tratamento do chorume, líquido resultante da decomposição dos resíduos, que eventualmente transformará esse passivo ambiental em água de reuso, e o biogás, principal poluente gerado pela decomposição do lixo, será convertido em energia, gerando créditos de carbono.

A redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) resultante da implementação da CTR vai contribuir para que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro cumpra a sua meta de redução de GEE, assinada em 2009, na apresentação do Plano Rio Sustentável, pouco antes da Conferência das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague. O objetivo é reduzir as emissões em 8% até 2012, 16% até 2016 e 20% até 2020.

A RECUPERAÇÃO DE GRAMACHO

Em 1996, a Prefeitura iniciou o processo de desativação e recuperação do Aterro de Gramacho, que envolve uma série de iniciativas relacionadas ao cuidado com o solo, o ar e, também, com relação ao futuro dos catadores que encontravam no lixo, sua fonte de renda.

O local se tornou o maior projeto de redução de gases de efeito estufa do país, com a instalação de uma usina de biogás com 320 poços de captação localizados em toda a superfície do aterro. Isso evitará que, nos próximos 15 anos, cerca de 75 milhões de metros cúbicos de metano sejam liberados, anualmente, para a atmosfera assim como, nos próximos sete anos, estima-se a redução de 6 milhões de toneladas de gás carbônico.

Esse sistema de exploração do biogás insere-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – previsto no Protocolo de Kyoto, que permite a venda dos créditos de carbono decorrentes das reduções de emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera. Com a redução estimada das emissões, o projeto vai assegurar a manutenção do aterro por mais 15

anos após o seu encerramento, dando especial atenção ao seu monitoramento ambiental e geotécnico.

O contrato de concessão firmado com o Consórcio Novo Gramacho, prevê que parte dos ganhos com a venda dos créditos de carbono seja revertida a dois fundos, um para a recuperação do Bairro de Jardim Gramacho e outro para capacitação dos catadores em novas técnicas de reciclagem de resíduos que devem ser implementadas após o encerramento do Aterro.

O processo de recuperação do aterro também conta com uma Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos capaz de tratar diariamente 1.920 m³ de chorume, substância que necessita de tratamento adequado antes do descarte em rios, lagoas, baías, entre outros.

RESULTADO DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

MEIO AMBIENTE				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Acabar com o envio dos resíduos sólidos da cidade para o Aterro de Gramacho ao final de 2011.	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	8*	800%

*A escala de notas do Planejamento Estratégico é de 0 a 10. A nota 8 foi atribuída a esse quesito pois os resíduos sólidos haviam sido significativamente deixados de ser enviados ao Aterro de Gramacho em 2011, mas somente em 2012 serão completamente enviados à CTR - Central de Tratamento de Resíduos em Seropédica.

MENOS CO₂ NA ATMOSFERA, MAIS MOBILIDADE NAS RUAS

Em função da Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, Lei 5.248, a Prefeitura tem, como diretriz, a redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), associada à disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade e o incentivo ao uso de tecnologias limpas.

Para mapear os principais setores de emissões, a Prefeitura publicou, em 2011, o primeiro Inventário e Cenário de emissões dos gases de efeito estufa da Cidade do Rio de Janeiro. Elaborado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ), com metodologia desenvolvida pelo IPCC base 2006, o inventário contabiliza as emissões da Cidade do Rio de Janeiro em 2005, inclui as emissões decorrentes das atividades da Prefeitura. Em 2011, foram emitidas 11.371 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. **[EN16, EN17]**

Com o intuito de auxiliar o planejamento estratégico e a elaboração de políticas públicas sobre o tema, foram apresentados três cenários de emissões de GEE até 2025. O gráfico, abaixo, demonstra a participação dos setores nessas emissões e aponta o transporte rodoviário como o maior setor de emissões de GEE na cidade.

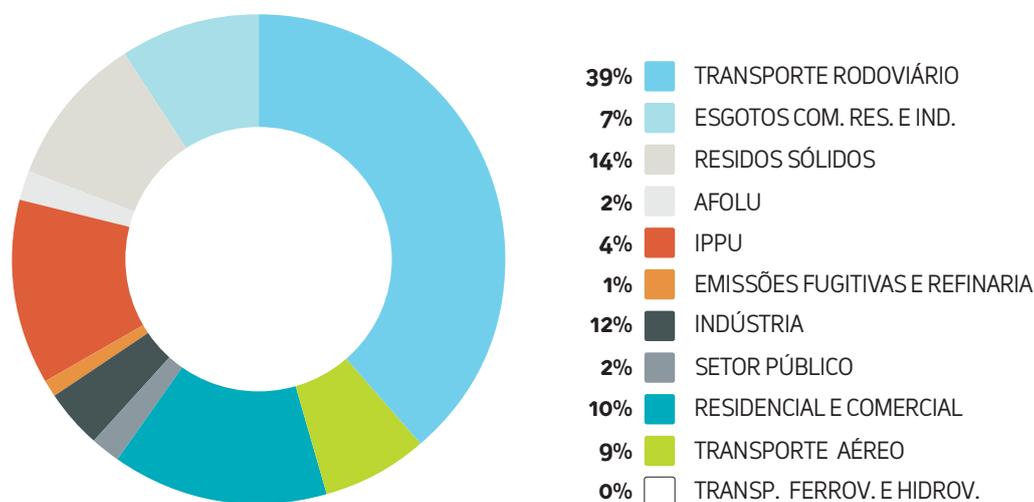


Figura 3 - Inventário de Emissões de GEE na Cidade do Rio de Janeiro (2005). Fonte: Coppe/UFRJ.

Tais dados foram relevantes e impulsionaram a Prefeitura a investir na elaboração de ações que visam medidas de mitigação atreladas ao plano de integração da cidade. Em 2009, deu início à implantação dos Sistemas BRTs (*Bus Rapid Transit*) e BRS (*Bus Rapid System*) e da ampliação da malha cicloviária da cidade. O Sistema BRT consiste na utilização de corredores que ligam os acessos TransOeste (Barra da Tijuca – S. Cruz e Campo Grande), TransCarioca (Barra, Jacarepaguá, Madureira, Penha e Aeroporto Internacional Tom Jobim) e TransOlímpica (Barra, Jacarepaguá – Deodoro). Esse sistema opera com alta frequência, bilhetagem automática e os ônibus possuem espaço para o transporte de bicicletas.

Já o BRS, é um corredor preferencial para o ônibus que será implantado em 21 ruas da cidade. São 39 pontos de parada sinalizados por BRS1, BRS2 ou BRS3.

O objetivo é que com a racionalização das linhas, o trânsito melhore e diminuição das distâncias promova mais qualidade de vida à população carioca, que poderá atravessar de um bairro para outro num tempo menor em 40%. Sem contar que, a elevada mobilidade desses dois sistemas, acarretará na redução das emissões de carbono, contribuindo para que a meta de redução da emissão de gases efeitos estufa, estipulada em 8%, seja cumprida.

Ademais, a Prefeitura articulou convênios de cooperação com a Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR) e a Federação dos Transportes de Cargas do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSCARGA), com o objetivo de desenvolver alternativas tecnológicas para o sistema de transporte e do uso biocombustíveis nas frotas, tendo, como contrapartida, a capacitação técnica de servidores, consultoria técnica-científica, realização de análises físico-químicas e biológicas e elaboração de manuais técnicos de orientação e controle ambiental. **[EN18]**

RIO DE JANEIRO, A CAPITAL DA BICICLETA

Ciente dos problemas de trânsito que as cidades brasileiras têm vivenciado, o Governo Federal estabeleceu o conceito de mobilidade urbana sustentável, cujo objetivo é estimular o acesso ao espaço urbano, priorizando transportes coletivos e não motorizados. Em consonância com as diretrizes federais e iniciativas estaduais, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro criou o programa “Rio Capital da Bicicleta”.

Hoje, com 260 km entre ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas, a cidade possui a maior quilometragem de ciclovias construídas do País, sendo a segunda da América do Sul. O Programa prevê a construção de mais 150 km de ciclovias em quatro anos, além de implantar bicicletários e equipamentos de apoio ao ciclista em diversos pontos da cidade. As rotas previstas pela SMA permitem a conexão com outros meios de transporte, como o Metrô, assim como integram trechos já existentes, estabelecendo um sistema cicloviário.

Para incentivar ainda mais o uso da bicicleta como veículo de locomoção, a Prefeitura possui um sistema de bicicletas de aluguel, com 60 bicicletários em 14 bairros da Zona Sul, disponibilizando 600 bicicletas para locação. A previsão é que, até 2013, sejam implantados mais 160 bicicletários.

QUALIDADE DO AR

Responsável pelo trabalho de monitoramento contínuo da qualidade do ar da cidade, a Prefeitura, desde 2008, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) em parceria com o Banco Mundial e convênio com a Petrobras, opera o MonitorAr-Rio. Com esse sistema, será restabelecida e ampliada a rede de monitoramento de emissões de GEE, posicionando a Cidade do Rio de Janeiro como a primeira megacidade do Hemisfério Sul a utilizar tal tecnologia.

Atualmente, a cidade possui 10 estações fixas e móveis espalhadas pelo território municipal, além de sensores meteorológicos instalados em todas as estações para determinação da temperatura, umidade relativa, pressão, direção e velocidade do vento e precipitação.

Desde o restabelecimento da rede, boletins de qualidade do ar das estações são publicados diariamente na *home-page* da SMAC. As informações de qualidade do ar também são enviadas, em tempo real, ao Centro de Operações da Prefeitura do Rio, que trabalha em regime ininterrupto.

Em 2012, a Prefeitura – conveniada com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), as empresas ARIA Technologies, ARIA do Brasil, Gerdau S.A. e UTE Norte Fluminense – irá implantar um sistema que simula a dispersão atmosférica de poluentes, permitindo avaliar quais ações podem ser adotadas para a melhoria da qualidade do ar na cidade, além de prever a qualidade do ar para as 48h seguintes às das medições do MonitorAr-Rio. (EN26)

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

MEIO AMBIENTE				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Reduzir o tempo médio de viagem dos 20 principais percursos da cidade em, pelo menos, 10%, entre 2009 e 2012.	Minutos	21,38	19,67 minutos	19,54 minutos
Reduzir o gasto médio diário dos usuários de transporte público em, pelo menos, 10%, entre os anos de 2009 e 2012.	% de beneficiados pelo BUC no total de pagantes	10	14%	13,02%
Reduzir a taxa de acidentes com vítima no trânsito em, pelo menos, 10%, entre os anos de 2008 e 2012.	Número de acidentes com vítima/100 mil carros	803	670,4 (números de acidentes)	826,37 (números de acidentes)
Implantar até o final de 2012, em toda a cidade, um sistema tarifário que permita ao cidadão pegar até 3 transportes públicos (metrô, trem, ônibus ou vans) num prazo de 2 horas com um único bilhete.	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	Nota 8	Nota 8
Implantar o trecho Barra/Penha/ Aeroporto do TransCarioca até o final de 2012, os marcos definidos com o Prefeito.	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	Nota 8	Nota 8
Implantar o trecho Barra/Santa Cruz do TransOeste, até o final de 2012 (projeto).	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	Nota 8	10
Implantar o trecho Barra/Santa Cruz do TransOeste, até o final de 2012 (execução).	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	Nota 8	9,1

MEIO AMBIENTE				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Reduzir, em 8%, a emissão de gases causadores do efeito estufa até o final de 2012, tendo como referência o inventário de emissões de 2005.	%	0	8%	Dados indisponíveis, até o momento. Medição em 2012.
Dobrar a malha cicloviária do município até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	Km	150	250 km	256,4 km

CIDADE EM ORDEM

Criada em 2009, a SEOP busca aperfeiçoar o gerenciamento da ordem pública na Cidade e contribuir para a eficácia da estratégia de segurança pública, que é uma atribuição do Governo do Estado do Rio de Janeiro. As ações de fiscalização em várias áreas de atuação, tais como combate ao estacionamento em local proibido e à ocupação irregular das calçadas com mesas e cadeiras, são voltadas para a recuperação do espaço público, livrando-o da degradação e do abandono e ajudando, assim, a reduzir os índices de pequenos delitos, tais como roubo e furto a transeuntes.

A SEOP trabalha com o princípio da prevenção, instruindo os cidadãos, regulamentando e fiscalizando atividades econômicas e o uso do espaço público, sem criar conflitos, e estimulando uma relação de confiança e transparência com a população. Para atuar no ordenamento do espaço público, a Secretaria conta em seu quadro estrutural com a Guarda Municipal, a Coordenação de Controle Urbano (órgão responsável pela fiscalização de feiras e comércio ambulante), a Coordenadoria de Fiscalização de Estacionamentos e Reboque e com a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização (emissão de alvarás, fiscalização de atividades econômicas e de exibição de publicidade em áreas públicas e privadas), além de parcerias com outras secretarias.

RESPONSABILIDADE MÚTUA

Para alcançar resultados efetivos, a SEOP busca a contribuição do cidadão. A secretaria investiu em campanhas educacionais, por meio da mídia, manuais, cartilhas, panfletos e faixas informativas. Com esses instrumentos, a SEOP passou a informar e sensibilizar o cidadão sobre o porquê de suas ações. Um exemplo disso é a colocação excessiva de mesas e cadeiras nas calçadas por bares e restaurantes, comprometendo o direito de ir e vir das pessoas. O mesmo foi feito com relação ao estacionamento irregular. A SEOP intensificou a fiscalização e a ação de reboques de carros estacionados em calçadas.

Atuar junto à população com ações explicativas tem como objetivo conscientizar o cidadão, estimular a responsabilidade individual, mostrando que cada um deve fazer a sua parte visando

o bem comum. Praticar esportes nas praias nos horários adequados, não veicular publicidade irregular, não contribuir com serviço de flanelinha ou estacionar em locais proibidos também são exemplos de práticas que contribuem para uma cidade mais justa.

O cidadão pode colaborar com o ordenamento da Cidade usando a Central de Atendimento 1746, canal de telefone para denunciar irregularidades, solicitar serviços, informações e fazer sugestões.

RIO EM ORDEM

Criado em 2011, o Projeto Rio em Ordem estabeleceu cinco Unidades de Ordem Pública (UOP) nos Bairros Tijuca, Centro, Leblon, Ipanema e Copacabana, áreas de grande concentração de pessoas e desordem pública⁴. Estas regiões possuem um efetivo fixo de guardas municipais que atuam sete dias por semana, 24h por dia. O Centro de Análise de Informações (CAI) das UOPs acompanham as ações, definem e avaliam as metas estabelecidas (percentual de demandas atendidas, tempo de atendimento e nível de satisfação).

Nos três primeiros meses de implantação da UOP na Tijuca, por exemplo, dados do 6º BPM mostram uma redução de 35% nos índices de roubo a transeunte, comparado ao período anterior à implantação da UOP.

Para implantar as UOPs, a Prefeitura investiu R\$ 60 milhões na ampliação do efetivo da Guarda Municipal (GM-Rio) e na requalificação de pessoal. Com o total de 6.500 agentes, a GM-Rio se tornou a maior do País. Somente em 2011 foram contratados mais de 1.200 novos guardas. Desse total, 2.200 patrulham, diariamente, as ruas, meta estipulada no Planejamento Estratégico da cidade.

Os guardas das UOPs são equipados com radiotransmissores e *palmtops* (computadores de mão). Graças à tecnologia de ponta utilizada, as irregularidades são registradas e encaminhadas, em tempo real, para as centrais de controle, a fim de serem solucionadas de imediato. Irregularidades fora do alcance das UOPs, que necessitam da atuação de outras secretarias, também são registradas e remetidas para a Central de Atendimento 1746 que aciona os órgãos responsáveis.

Um dos diferenciais das UOPs é que não há rotatividade de efetivo, garantindo que um determinado grupo de guardas cuide sempre da mesma área e crie um vínculo com o cidadão. Com a reformulação do treinamento da GM-Rio, o Curso de Formação de Guardas passou a ter aulas voltadas para condutas de atendimento ao cidadão, ética e conhecimentos básicos de 38 disciplinas, entre elas, noções de direito, técnica operacional, primeiros socorros, trânsito e defesa pessoal, além de estudos de casos, aulas práticas e atividades motivacionais. Os guardas também recebem manuais de Procedimento Operacional Padrão e de Gestão Operacional, que padronizam as ações, de acordo com as novas atribuições. Outro fato importante que contribuiu para a melhora da atuação da GM-Rio aconteceu em 15 de outubro de 2009, data em que a Guarda Municipal do Rio se transformou em uma autarquia. No ano seguinte, a Prefeitura alterou o regime de contratação dos guardas de CLT para estatutário, aumentando o salário, a estabilidade e a motivação dos agentes.

4 É considerada desordem pública: comércios irregulares (ambulantes), estacionamento irregular, ocupação das calçadas, seja por bares, restaurantes e comércios estabelecidos, publicidade irregular, entre outros.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

ORDEM PÚBLICA				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Ter um efetivo de pelo menos 3.000 guardas municipais operando diariamente nas ruas, até 2012.	Número de guardas	1.700	2 mil	2.297
Implantar 400 novas câmeras de segurança em espaços públicos, até 2012.	Número de câmeras	0	335	392
Formalizar e ordenar 25.000 comerciantes que operam no espaço público, até 2012.	Número de comerciantes formalizados (incluindo auxiliares e propostos)	7.354	23 mil	26.833

SAÚDE PARA TODOS

A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) do Rio tem reestruturado a forma de gestão da saúde da cidade, implantando políticas públicas que visam ações de saúde preventiva. Essas ações estão associadas à valorização do bem-estar das pessoas com cuidados com o corpo e o ambiente onde vivem.

Nesse sentido, a Secretaria investiu na ampliação de projetos como Saúde da Família [\(veja detalhes na página 61\)](#), que realiza atendimento nas casas, mapeando as necessidades de saúde da população e provendo orientações preventivas às doenças. Ademais, a Secretaria realiza diversas campanhas relacionadas a temas como dependência química, DST, câncer e dengue, o que registrou, em 2011, 150 campanhas em toda a cidade.

Ações de promoção, de prevenção e de atenção à saúde também são disseminadas aos alunos das escolas municipais por meio do Programa Saúde nas Escolas, lançado em 2011, pela SMSDC em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME). O programa inclui Salas de Saúde nas 151 Escolas do Amanhã [\(veja detalhes das Escolas do Amanhã, na página 65\)](#) com o objetivo de orientar alunos e responsáveis sobre noções básicas de higiene, além de encaminhá-los para a rede pública de saúde quando necessário. O programa conta com 160 técnicos em educação e saúde e nove unidades móveis que prestam atendimento especializado, disponibilizando serviços como oftalmologia, odontologia, audiometria, psicologia, entre outros.

AMPLIANDO A REDE DE ATENDIMENTO

A fim de garantir o direito à saúde a todos os cidadãos, a Secretaria inaugurou, de 2009 a 2011, 10 Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), cumprindo a meta estipulada no Planejamento Estratégico e beneficiando 1,5 milhão de cariocas. Até 2012, serão construídas mais 10 unidades, totalizando 20 UPAs municipais na cidade, que trabalharão integradas aos hospitais de urgência

e emergência, aliviando a demanda por atendimentos nos hospitais. O sistema de atendimento das UPAs está sendo reorganizado para aumentar o número de leitos hospitalares, incluindo os de terapia intensiva, renovar o sistema de suprimentos e expandir e renovar a central de regulação e aumento da oferta de exames diagnósticos.

Os hospitais da rede municipal também receberam investimentos. Nos últimos três anos, a Secretaria investiu em modernização e reestruturação de sua rede hospitalar, investindo R\$ 36 milhões que contribuíram para o reforço do quadro de profissionais e otimização dos serviços oferecidos nas emergências da cidade.

Hoje, os quatro principais hospitais da cidade contam com um sistema de acolhimento e classificação de risco para avaliar a situação clínica dos pacientes que chegam na emergência, definindo a gravidade do seu caso e direcionando para o setor específico. A medida reduziu, em pelo menos 20%, o tempo de espera na emergência. Em 2011, a média de atendimento mensal nos hospitais da cidade foi de 144 mil.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família visa reorganizar o atendimento básico de saúde tornando-o ativo, onde os profissionais buscam as necessidades de saúde da população e prestam assistência por meio de prevenção, educação e reabilitação.

Os atendimentos, realizados por uma equipe multiprofissional, podem ocorrer nos Postos de Saúde da Família (PSF) ou em visita às residências, tendo como meta não só o atendimento integral ao paciente, mas também o incentivo à organização e participação comunitária.

As equipes do PSF acompanham a saúde da população que vive no território sob sua responsabilidade de forma integral, construindo um vínculo com a comunidade, ao verificar os problemas e necessidades das famílias cadastradas e organizar a assistência, a partir das prioridades discutidas com a própria população. Os pacientes com dificuldades de locomoção e em situação que impossibilitem sua ida ao posto do PSF têm prioridade da visita em casa. As visitas domiciliares também podem ser realizadas se a equipe sentir a necessidade de avaliar situações especiais relacionadas às condições de vida e moradia da família.

Os atendimentos são voltados às áreas da atenção básica como saúde da criança (acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, atenção às doenças comuns na infância), saúde da mulher (pré-natal de baixo risco, prevenção de câncer ginecológico, planejamento familiar), acompanhamento de doenças crônicas como hipertensão arterial, diabetes, hanseníase e tuberculose, além das necessidades imediatas do usuário. Também são realizadas atividades de educação em saúde.

Além dos atendimentos, a Prefeitura está articulando o Saúde da Família a outro programa, o Remédio em Casa, garantindo o recebimento, em domicílio, de medicamentos necessários a pacientes hipertensos e diabéticos.

Em dois anos, a cobertura na cidade do Rio de Janeiro passou de 3,5%, no final de 2008, para mais de 31%, em 2012, um total de 58 clínicas da Família, o que representa o atendimento para cerca de 2 milhões de cariocas no programa, nos últimos três anos.

ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE

Na mesma linha do Programa Saúde da Família, a Secretaria de Saúde, em parceria com a Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de VIDA (SESQV), implantou o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso (PADI).

O PADI foi criado, em 2010, com o objetivo de oferecer assistência em casa a pessoas com mais de 60 anos, diminuindo a hospitalização e a reabilitação desses pacientes nos hospitais da cidade. A equipe de trabalho do PADI é composta por médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Em 2011, o programa realizou 57.277 procedimentos.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

SAÚDE				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Reduzir a taxa de mortalidade infantil em pelo menos 11% até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	Unidade por mil nascidos vivos	13,7	12,7	12,7
Reduzir a taxa de mortalidade materna em pelo menos 19% até 2012, tendo como referência o ano de 2007.	Unidade por mil nascidos vivos	62,2	54,6	51,9
Reduzir em, pelo menos, 20%, o tempo de espera nas emergências dos hospitais públicos até 2012, tendo como referência o ano de 2009.	%		-15%	-13%
Aumentar, em 10 vezes, a cobertura do Saúde da Família no município até 2012, tendo como referência o ano de 2008.	%	3,5	25	27,3%
Criação do PADI (Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso) com 45 mil atendimentos por ano, até 2012.	Mil/ano	2,3	45	57,3
Construir 20 novas UPAs até 2012.	Número de UPAs	1	13	12

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro investe na educação fundamental e infantil com vistas a um desenvolvimento inclusivo e de longo prazo. Durante essa gestão, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), elaborou um conjunto de estratégias e ações voltadas para a transformação social por meio da educação. Hoje, a cidade do Rio de Janeiro possui a maior rede de educação municipal da América Latina, com 1.064 escolas, 51 Espaços de Desenvolvimento Infantil, 249 creches próprias e outras 179 conveniadas. Com 40.149 professores, a SME atende 677.450 alunos. A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela Educação Infantil (0 a 5 anos); Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos. Tem como missão a elaboração da política educacional da cidade do Rio de Janeiro, coordenar a sua implantação e avaliar os resultados. Busca assegurar a excelência da educação no ensino fundamental e na educação infantil, de maneira a contribuir para a formação de indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadãos. Para isso, foi criado um currículo único municipal, com provas bimestrais unificadas de Português, Matemática, Ciências e Redação, avaliação externa anual, cadernos pedagógicos e aulas digitais, a serem projetadas nas salas de aula.

A gestão escolar conta com a participação de todos os funcionários das escolas, da família e da população em geral, por meio de um processo democrático que elege o quadro de direção das escolas. Anualmente, são definidas as metas e os planos de monitoramento das ações. Os resultados já começam a aparecer. Houve uma significativa queda na taxa de analfabetismo funcional, passando de 13,6%, em 2009 para 6,5%, em 2011. A evasão escolar também foi reduzida, passando de 2,6%, em 2008 para 2,31%, em 2011. Nas áreas de maior vulnerabilidade, atendidas pelas Escolas do Amanhã, a redução foi maior, passando de 5,1% para 3,18%.

Seguindo as diretrizes do Plano Estratégico, a Secretaria estabeleceu um processo pedagógico modelo para educação infantil, criando o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) e o Primeira Infância Completa, ampliando o atendimento em creche com mais 14.273 novas vagas e recebendo, também, crianças ainda não atendidas em creche, aos sábados, e capacitando seus pais na Escola da Família, uma vez por semana.

A SME está, progressivamente, colocando toda a rede num regime de 7 horas de aula por dia, em turno único. Com o turno integral, as crianças têm mais tempos de aulas e também atividades de pós-escola, como artes, esportes e reforço escolar.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

EDUCAÇÃO				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Obter uma nota média (entre as escolas públicas municipais) igual ou superior a 4,3 para os anos finais no IDEB, em 2011.	Nota IDEB/IDERIO	4,3	4,3	Dados indisponíveis, até o momento. Resultado, em Julho 2012.

EDUCAÇÃO				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Obter uma nota média (entre as escolas públicas municipais) igual ou superior a 5,1 para os anos iniciais no IDEB, em 2011.	Nota IDEB/IDERIO	4,5	5,1	Dados indisponíveis, até o momento. Resultado, em Julho 2012.
Criar 30.000 novas vagas em creches públicas ou conveniadas, até 2012.	Número de matrículas	43.527	56.527	56.620
Garantir que, pelo menos, 95% das crianças com 7 anos de idade, ao final do ano de 2012, estejam alfabetizadas.	%	73	85%	88%
Reduzir para menos de 5% a taxa de analfabetismo funcional entre os alunos do 4º ao 6º ano, em 2012.	%	15	9%	6,50%

EQUIPE TREINADA PARA A SUSTENTABILIDADE

Buscando manter professores preparados, há alguns anos, a SME vem investindo na formação de seus professores, oferecendo capacitação e treinamentos específicos nas suas áreas de conhecimento.

Além disso, os professores são treinados para trabalhar a sustentabilidade numa abordagem interdisciplinar e, em 2011, esse trabalho foi reforçado com a capacitação dos professores sobre a Rio+20, a partir da criação de grupos de trabalho e da realização de seminários nas salas de aula. O objetivo é incluir a sustentabilidade no currículo escolar de forma transversal, para que o tema perpassasse por todo o processo de ensino.

Durante os seminários, ministrados por integrantes da Rio+20, houve a participação dos profissionais da escola, alunos, famílias e também da comunidade. O conteúdo será disseminado aos alunos durante as aulas e, também, por meio das ferramentas complementares de ensino, o que inclui recursos de multimídia.

ESCOLA INCLUSIVA

Desde 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Educação, cria estratégias que visam à inclusão de crianças com deficiência na rede municipal de ensino.

Para desenvolver esse trabalho, o Instituto Municipal Helena Antipoff, ligado à SME, desenvolve metodologias e material didático-pedagógico especializados, bem como é responsável por treinar os professores que trabalham, diretamente, com alunos com deficiência.

A parceria com a família é fundamental nesse processo e, por isso, a Prefeitura criou o Grupo de Trabalho dos Pais Representantes dos Alunos com Deficiência. O Grupo discute e sugere as melhores ferramentas de aprendizado e, também, cria um ambiente de troca de experiências entre os pais para a análise das especificidades caso a caso.

PRINCIPAIS PROGRAMAS DA SME

REFORÇO ESCOLAR

Com o fim da aprovação automática, três medidas fundamentais foram implementadas na Rede Municipal de Ensino: a adoção de um currículo único para todas as escolas, a realização de provas bimestrais e um programa intensivo e contínuo de reforço escolar.

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Educação introduziu um forte programa de Reforço Escolar, que prevê a realfabetização dos alunos identificados como analfabetos funcionais, a aceleração dos estudos, corrigindo os níveis de defasagem idade/série e a recuperação da aprendizagem dos que apresentam fraco desempenho, nas provas bimestrais ou avaliações externas.

Em 2009, 28 mil alunos do 4º ao 6º ano foram identificados como analfabetos funcionais. Entre 2009 e 2011, 25.500 alunos foram realfabetizados, enquanto outros 33.300 estudantes tiveram corrigidas a defasagem idade/série, em 2010 e 2011. Este ano, mais 7.000 alunos estão sendo realfabetizados e mais 34.000 estão em processo de aceleração.

O Programa de Reforço Escolar já mostra resultados. Houve uma redução do analfabetismo funcional do 4º ao 6º anos de 13,6%, em 2009, para 6,5%, em 2011. Já a defasagem idade/série no 6º ano caiu de 22%, em 2009, para 10,3%, em 2011. Também já é possível observar uma redução na taxa de reprovação, que passou de 16,4%, em 2009, para 10,3%, em 2011.

ESCOLAS DO AMANHÃ

O programa, criado em 2009 pela Secretaria Municipal de Educação, tem como objetivo reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho de alunos que moram em áreas conflagradas da cidade. Entre as principais propostas do projeto, que ocorre em 151 unidades escolares de toda a cidade, estão: educação em tempo integral, com ofertas de oficinas de artes, esportes, reforço escolar no contraturno, laboratórios de ciência em cada sala de aula, além da presença de profissionais de saúde nas escolas.

Desde o início do programa, a taxa de evasão escolar das escolas apresentou um acentuado declínio, passando de 5,1%, em 2008, para 3,2%, em 2011. O número de professores dessas unidades escolares também aumentou em 54%, mostrando a eficácia do projeto. Mais de 105 mil alunos são atendidos pelo programa. Veja detalhes sobre o programa no Portal da Prefeitura: www.rio.rj.gov.br/sme

SAÚDE NAS ESCOLAS

O projeto começou com o olhar diferenciado às crianças do primeiro ano, com atenção especial àquelas com dificuldade de aprendizado. A partir disso, foi criado o modelo atual do programa, o atendimento à saúde que, nas 151 do programa Escolas do Amanhã, mantém profissionais da área da saúde para orientar os estudantes sobre noções básicas de higiene e também para encaminhá-los à rede pública de saúde quando necessário. Mensalmente, unidades de saúde móveis prestam atendimento especializado às escolas, disponibilizando serviços como: oftalmologia, odontologia, audiometria, entre outros.

O processo é acompanhado por meio dos Núcleos de Saúde nas Escolas e nas Creches, nos quais participam a família e a comunidade, em reuniões mensais.

EDUCOPÉDIA

Criada em 2010, a Educopédia é uma plataforma online que oferece aulas digitais de todas as disciplinas, do 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental, de acordo com as orientações curriculares da Secretaria Municipal da Educação. A plataforma, cujo conteúdo foi produzido por cerca de 300 professores da própria rede, tem como objetivo tornar o ensino mais atraente e mobilizador para crianças e adolescentes, além de dar instrumentos ao professor, disponibilizando material de suporte, planos de aula, jogos pedagógicos e vídeos, entre outras ferramentas.

Na primeira fase, a Educopédia apresentou aulas de matemática e língua portuguesa e em 2011, a plataforma passou a adotar uma nova infraestrutura, com *chats*, *post-its* e aplicativos, além do curso de alfabetização e um novo conteúdo das disciplinas para o Ginásio Carioca.

GINÁSIO EXPERIMENTAL CARIOCA

Os Ginásios Experimentais Cariocas foram criados, em 2011, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos adolescentes, atendendo alunos do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Atuam como centros difusores de inovação com metodologias e tecnologias educacionais de ponta. Com foco na excelência acadêmica, os diferenciais dos Ginásios são a Educação por projetos, a interdisciplinaridade e a atuação polivalente dos professores. Os alunos têm também professores que os auxiliam na preparação de seu “projeto de vida” e há grande ênfase em protagonismo juvenil, com cineclubes, grupos de teatro, clubes de ciências e jornais escolares.

Atualmente, os Ginásios Experimentais Cariocas funcionam em 19 unidades, localizadas em todas as regiões da cidade. Inspirado nesse modelo de educação, a Prefeitura e a SME ampliaram o programa. Em 2012, entrou em funcionamento o Ginásio Experimental Olímpico, que oferece a oportunidade para os alunos com aptidões esportivas desenvolverem seu potencial, sem abrir mão de uma educação de excelência.

Entre algumas ações do GEO estão: educação integral, com duas horas diárias de prática esportiva; aulas diárias de inglês; salas de leitura compostas por um acervo direcionado à faixa etária, com material de pesquisa sobre as modalidades esportivas e grandes clássicos da literatura; e atividades que apoiam os atletas na elaboração de um projeto de vida relacionado ao esporte.

RIO EDUCA

O Portal Rio Educa é um espaço de comunicação, relato de experiências e aprendizagem entre os professores e outros servidores da Educação, com o propósito de elevar a qualidade do ensino público.

Os participantes utilizam as redes sociais como canal de interação. Saiba mais em <http://www.rioeduca.net/>.

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC), no âmbito do desenvolvimento sustentável, promove, de forma permanente, ações que ratificam a identidade cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Nossas diretrizes de atuação foram fundamentadas a partir de um tripé de ações que compreendem o desenvolvimento de programas estruturais de cultura, programas de difusão e ainda de fomento à produção cultural, por meio de editais ou apoio direto a projetos de diferentes áreas. Dessa forma, a SMC desenvolve programas e projetos que buscam democratizar e difundir a cultura, sem preconceitos e discriminação, garantindo a liberdade de criação das pessoas e autonomia aos artistas, como também garantir o acesso da população carioca à cultura.

DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS ESTRUTURAIS DE CULTURA

Um dos papéis fundamentais da SMC é o de pensar a cultura como processo formativo e não apenas como entretenimento, trabalhando a sua visão transformadora.

Dessa maneira, a Secretaria Municipal de Cultura procura focar-se sobre a construção de uma política cultural estruturada, com ações contínuas e de qualidade, contribuindo para a preservação e a difusão da cultura e do conhecimento na Cidade do Rio de Janeiro.

A Secretaria, dentro de uma pluralidade de programas, ressalta alguns objetivos que considera pertinente para a promoção da cultura no Rio de Janeiro, como:

ARTE-EDUCAÇÃO: Os Projetos “África Diversa”, “Gamboa à Vista” e “Segundo Turno Cultural” possuem o papel de enriquecer o indivíduo e também o de propiciar a difusão do conhecimento adquirido por meio de oficinas culturais e artísticas, além de palestras e exposições;

INCENTIVO À LEITURA: A SMC oferece inúmeros projetos voltados ao acesso à leitura. As Bibliotecas Populares Municipais promovem, de forma permanente, encontros com autores, palestras, cursos e oficinas literárias. Na linha de projetos voltados para essa área, temos: “Paixão de Ler”, que, anualmente, leva a leitura, de forma gratuita, a diversos locais na cidade, e o Projeto “Estação Pensamento & Arte” que, mensalmente, recebe renomados autores e críticos literários para debaterem sobre temas relevantes, na Biblioteca Popular Municipal de Botafogo;

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é uma instituição de destacada importância na conservação da memória histórica da Cidade do Rio de Janeiro e procura, permanentemente, por meio de vários projetos, restaurar e revitalizar o acervo dessa instituição, contribuindo sobremaneira para a preservação da memória da Cidade;

VALORIZAÇÃO DAS ARTES: “Rio Dança” e “Rio Música” são programas que revitalizaram o Centro Coreográfico da Cidade do Rio de Janeiro e o Centro de Referência da Música Carioca, oferecendo shows, espetáculos, palestras e oficinas de forma gratuita ou ao preço popular de R\$1. Todas as atividades foram ofertadas especialmente, mas não somente à população local tijuana e do entorno, favorecendo permanentemente o conhecimento por meio da Arte-Educação para todas as idades. Dessa forma, os programas, além de entreter, serviram para o enriquecimento cultural do indivíduo, promovendo a oportunidade deste se tornar um multiplicador de cultura e de conhecimento, ao mesmo tempo, em que propiciou a oferta de bens e produtos culturais nessa área da cidade. A reativação desses Centros reforça o caráter de referência no assunto de cada um deles e da importância desse tipo de programa nesta cidade;

ECONOMIA CRIATIVA: Fomenta a criação e manutenção de projetos que visem os pontos do

conceito de Economia Criativa Brasileira numa “dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade de expressões culturais nacionais”. Um exemplo bem-sucedido é o “Parque Criativo do Flamengo”, que acontece duas vezes por mês, no Aterro do Flamengo. O evento faz parte do circuito de integração dos centros culturais, teatros, cinemas, bares, galerias, livrarias e os moradores do entorno;

PROGRAMAS DE DIFUSÃO DA CULTURA: De maneira democrática e gratuita, a Secretaria Municipal de Cultura oferece, em ruas e praças da cidade, diversos espetáculos de teatro, dança e música, visando o acesso ampliado à produção artística, com preços populares, bem como a criação e/ou ocupação de espaços para espetáculos com demanda específica. A SMC promove como calendário fixo os eventos “Tiradentes Cultural”, que leva música, dança e circo até a Praça Tiradentes, o “Teatro de Guignol”, voltado às crianças e que acontece em praças públicas, “Domingo no Parque”, que leva para comunidades pacificadas shows e espetáculos de dança e de teatro, além dos projetos apoiados pela SMC, como o “Nova Lapa Jazz”, que acontece no entorno da Praça Tiradentes;

MICROPROJETOS CULTURAIS NOS TERRITÓRIOS DE PAZ: Projeto desenvolvido em parceria com o Ministério da Justiça e o Ministério da Cultura, como parte do Programa Mais Cultura de Apoio a Microprojetos, na Cidade do Rio de Janeiro, em territórios de paz. O programa se operacionalizou em forma de edital para premiar os melhores projetos.

Ao todo, foram contemplados 322 projetos em 12 segmentos: artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual, artesanato, cultura afro-brasileira, cultura popular, cultura indígena, design, moda e artes integradas.

EDITAIS E LEIS DE INCENTIVO

Além da edição 2011 do FATE (Fundo de Apoio ao Teatro), foram lançados nesse ano outros três editais de fomento à cultura: Fundo de Apoio à Dança (FADA), Fundo de Apoio à Música (FAM) e Fundo de Apoio às Artes Visuais (Pró-Artes Visuais).

Com isso, houve a ampliação recorde dos recursos destinados a Editais de Apoio a projetos das mais diversas áreas, alguns inclusive selecionados como melhores do ano pela crítica especializada. Em 2011, foram investidos R\$ 26 milhões, mais de 300% em relação ao investimento de 2010. Veja detalhes sobre os editais em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/>

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei 1940/92, permite que empresas usem parte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para financiar projetos culturais aprovados pela Comissão Carioca de Promoção Cultural - CCPC, formada por representantes da sociedade civil e do governo municipal.

No ano de 2011, foi aportado, a título de Renúncia Fiscal, o orçamento de R\$ 13.271.679,58. Esse volume de recursos gerou, em relação a 2010, um crescimento de aproximadamente 15% de incentivos a projetos, chegando-se a um patamar de 54 projetos incentivados.

FOMENTO DIRETO: APOIO A PROJETOS

A Secretaria Municipal de Cultura viabiliza por meio de Apoio a Projetos, um aquecimento do setor cultural, propiciando a difusão das diversas manifestações artísticas e culturais na Cidade do Rio de Janeiro, tais como:

PANORAMA DA DANÇA: O mais importante Festival de Dança da América Latina celebrou sua 20ª edição apresentando diversos espetáculos durante 17 dias de intensa programação, trazendo ao Rio de Janeiro e aos palcos cariocas grandes nomes da dança brasileira e internacional. Além das apresentações, o Festival Panorama realizou atividades de grande importância para o cenário da dança organizando o seminário “com.posições.políticas.”, a homenagem ao coreógrafo João Saldanha por meio da remontagem e exibição de seu repertório e o Festival Panoraminha, que fez parte da programação dedicada ao público infantil e envolveu cerca de 18.000 espectadores;

TEMPO FESTIVAL DAS ARTES: Um dos mais importantes e tradicionais festivais de Artes Cênicas realizado no Rio. No ano de 2011, apresentou inúmeros espetáculos em diferentes espaços e contou com o patrocínio de várias entidades, dentre elas a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que, por meio da SMC, aportou recursos para viabilizar o projeto;

METRÔNOMO: O projeto desenvolvido pela Orquestra Petrobrás Sinfônica mereceu apoio desta municipalidade, principalmente em razão do alcance social e educacional. O projeto apresentou concertos didáticos aos alunos da Rede Municipal e da UPP SOCIAL, alcançando mais de 3.000 espectadores. Paralelamente, a orquestra apresentou-se também no Centro de Referência da Música, levando formações de cordas e metais aos participantes oriundos do Projeto Música nas UPPs;

FESTLIP: Festival da Língua Portuguesa acontece anualmente e reúne, no Brasil, artistas de inúmeros países falantes da Língua Portuguesa. O Festival tem reconhecimento internacional e ocorreu em espaços pertencentes à Prefeitura, mais especificamente no Teatro Carlos Gomes e no Teatro Ziembinski;

PRIMAVERA DOS LIVROS: Evento realizado, anualmente, em formato de feira e se traduz como importante ação de estímulo à leitura. Nossa participação se opera por via da Coordenação de Arte e Educação, que participa apoiando a manifestação, não só desse, mas de vários outros eventos literários na cidade, tais como: Salão do Livro Infantil e Juvenil, Bienal do Livro, etc. Todos eles possuem um estande representativo da Prefeitura/SMC, que funciona como uma biblioteca itinerante e que serve também como espaço de debates. Essa participação se materializa como contrapartida pelo apoio financeiro concedido;

CAMPANHA TEATRO PARA TODOS: Essa campanha é uma iniciativa da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR, com copatrocínio da Prefeitura/SMC, de aproximação do público teatral e contribuição na formação de novas plateias. Durante um mês, o carioca teve a oportunidade de apreciar os melhores espetáculos, em cartaz, na cidade, com preços acessíveis;

RIO COMICOM: É um festival internacional de quadrinhos, dedicado à difusão e ao reconhecimento das histórias em quadrinhos, como arte popular, por meio das Artes Plásticas, do Cinema e da televisão, passando pela Internet e pelas redes sociais. As atividades desenvolvidas foram concursos culturais, exposições nacionais e internacionais, conferências, debates, oficinas, filmes, vídeos de animação e atividades de música e dança, estas ocorridas paralelamente ao evento. Esta ação apresentou e discutiu os caminhos da arte em quadrinhos, no Brasil e no mundo, e ocorreu na Estação Leopoldina;

EXPOSIÇÃO LOUISE BOURGEOIS: Patrocínio para montagem da exposição “O retorno do desejo proibido”. A exposição apresentou um amplo panorama da produção da artista franco-americana, nascida em Paris em 1911, reunindo 112 obras inéditas, entre desenhos, objetos, pinturas, esculturas e instalações, concebidas de 1942 a 2009. Aconteceu no MAM Rio exatamente em comemoração aos 100 anos de nascimento da artista;

EXPOSIÇÃO SÔNIA ANDRADE: Foi montada no Centro Cultural Hélio Oiticica e se traduziu como uma Mostra de Arte Contemporânea com a temática dos 20 anos de contribuição artística da artista Sônia Andrade, no cenário da arte contemporânea. O projeto considerava, ainda, a montagem de um programa educativo da exposição com visitas guiadas, mesas redondas de discussão e lançamento de um catálogo;

ART RUA: O projeto aconteceu na Gamboa com o intuito de gerar um movimento integrado de revitalização urbana através da arte. Este evento auxiliou no fomento, valorização e divulgação da Subcultura da Arte Urbana Carioca, a partir da primeira grande intervenção artística nos arredores da Zona Portuária. Durante o ART RUA, foram realizadas palestras e mesas redondas sobre a questão da arte urbana.

RIOFILME

A RioFilme é uma empresa da Prefeitura do Rio de Janeiro vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, que atua nas áreas de distribuição, apoio à expansão do mercado exibidor, estímulo à formação de público e fomento à produção audiovisual, visando o efetivo desenvolvimento da indústria audiovisual carioca.

Sob a gestão atual, a RioFilme abriu novas frentes de trabalho e criou projetos estratégicos para promover o desenvolvimento econômico da cidade, por meio de investimentos no setor audiovisual. A atual política de investimentos da RioFilme contempla a diversidade e a aposta em novos talentos, por meio de editais de seleção, mas também o investimento direto em projetos capazes de combinar valor artístico e comercial. Assim, gera retorno para a empresa (desonerando, assim, a Prefeitura, e criando um modelo sustentável de empresa pública) e o município, como um todo, pois há um alto retorno de imagem da Cidade do Rio de Janeiro, além dos empregos gerados e impostos pagos, por parte das produtoras contempladas.

O impacto social também é significativo: a RioFilme apoia projetos como o Cinema na Praça, que oferece sessões gratuitas para a população; festivais e eventos como o Curta Cinema, com ingressos gratuitos; e é responsável pelo equipamento da Rede de cinemas CineCarioca. Atualmente, apenas no Complexo do Alemão, mas com previsão de expansão para outras áreas carentes de equipamentos culturais, a sala, com preços populares e programação comercial, tem sido um caso de sucesso de exibição, apresentando uma taxa de ocupação de 47,8% (a mais alta do município).

FUNDAÇÃO PLANETÁRIO

Criada em 1970, a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro é a maior instituição do gênero, localizada abaixo do Hemisfério Sul do Planeta, e encontra-se entre as maiores do mundo. Desde 2011, a Fundação trabalha com o Planejamento Estratégico que tem como objetivo disponibilizar educação, cultura e ciência para todos. Em 2011, esse conceito evoluiu com a aplicação das ideias do Marketing 3.0 para o Planetário 3.0.

Mais do que um espaço voltado para ciência astronômica, o Planetário do Rio de Janeiro promove

a sustentabilidade do planeta e trabalha os valores humanitários e as causas sociais em três vertentes: econômico, social e ambiental.

Na questão econômica, o Planetário caminha para conquistar sua sustentabilidade financeira. Atualmente, possui diferentes fontes de captação de recursos, tais como bilheteria, permissionários (restaurantes), serviços terceirizados (estacionamento), entre outros, que são responsáveis por 47,52% da arrecadação. A Fundação também conta com investimentos da Prefeitura, empresas privadas, incentivo da Lei Rouanet, entre outros.

No que diz respeito ao social, o Planetário possui dois projetos de destaque: o Planetário Social e Clubinho da Criança Inteligente. O Planetário Social permite que organizações do Terceiro Setor, instituições de cultura, entre outras, apresentem seus projetos culturais, como teatro e dança, por exemplo, nas dependências do Planetário. Esses projetos são realizados com crianças de comunidades carentes e a iniciativa busca valorizá-los, exaltando o talento artístico que é apresentado para um público, em média, de 500 pessoas por edição. Além de serem protagonistas das apresentações, as crianças têm a oportunidade de visitar o Planetário e ampliar seus conhecimentos educacionais.

O Clubinho da Criança Inteligente surgiu, em 2010, com objetivo de estimular em crianças de 5 a 13 anos, da Comunidade Santa Marta, o interesse pelo conhecimento científico, oferecendo aulas semanais de astronomia e reforço escolar, apresentações teatrais, campanhas ecológicas e de higiene, jogos e trabalhos com reciclagem.

Quanto à questão ambiental, o Planetário procura alinhar um trabalho de conscientização com todos os projetos realizados. A estrutura do local foi preparada para realizar a captação de água de chuva e reaproveitá-la no sistema de ar-condicionado e irrigação dos jardins. Essa iniciativa proporcionou uma redução de 18% de captação de água nova. Também são utilizados painéis de energia solar para alimentar as bombas do sistema de irrigação e foi elaborado um projeto de eficiência energética responsável pela economia de 68% dos custos com energia. Essas iniciativas são explicadas passo a passo aos visitantes do Planetário, que aprendem sobre o uso racional de água e energia com um exemplo prático e de sucesso. Conheça detalhes da Fundação acessando: <http://www.planetariodorio.com.br>.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

CULTURA				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Manter 10 "Lonas Culturais" em funcionamento e construir 4 novas na Zona Norte (AP- 3) e na Zona Oeste (AP-5), até 2012.	Nota (As notas de avaliação são definidas conforme critérios específicos adotados pelas Secretarias pactuadas no Acordo de Resultados)	0	8	10
Aumentar em pelo menos 50%, até 2012, o número de filmes cariocas com mais de 50 mil expectadores, tendo como referência a média anual, entre os anos de 2006 e 2008.	Número de filmes	13	18	14

A formalização de trabalho e renda representa um grande desafio para a Prefeitura da cidade. De acordo com estudos do Sebrae, para cada empresa formalizada no Rio de Janeiro, existem duas informais. A informalidade do trabalho no Rio de Janeiro está relacionada à história e à cultura da cidade que, durante anos, registrou indicadores negativos de crescimento econômico.

Para conter a informalidade na economia da cidade, a Prefeitura do Rio de Janeiro tem investido em projetos que proporcionam condições para a formalização do profissional, assim como dos empreendimentos.

Esse comprometimento está formalizado no Plano Estratégico que tem como meta garantir que 80% das solicitações de emissão de alvará para atividades de baixo risco (ambiental e sanitário) sejam atendidas, em até três dias, até 2016. Para atender a essa meta, a Prefeitura criou o Programa Alvará Já, que concede o Alvará de Licença para Estabelecimento (ALE) de forma simplificada e imediata. Todo o processo, desde o requerimento inicial até a aprovação final, incluído o pagamento da taxa de licença, é realizado pela internet, sem necessidade de comparecimento na Inspeção Regional de Licenciamento e Fiscalização (IRLF) ou apresentação de documentos e formulários em papel. Em 2011, o programa superou a meta e emitiu 93% da demanda de alvarás dentro do prazo de três dias.

Por meio do Programa Empresa Bacana, a Prefeitura tem promovido o acesso dos microempreendedores e ambulantes ao mercado formal da cidade, através de ações de formalização, capacitação e microcrédito, possibilitando assim um desenvolvimento sustentável do empreendimento. O programa, coordenado pelo IPP, tem como parceiros: SEOP, SEDES, SECT, SMTE, SMSDC, SMU, SMH, Comlurb, Riolut, SESCON, SEBRAE, INSS, Light, Santander e Cielo. Até o presente momento, foram formalizados 2.027 microempreendedores. O foco das ações são as comunidades pacificadas, onde podemos explicitar como contempladas: Cidade de Deus, Borel, Providência, Complexo do Alemão, Turano, Santa Marta, Andaraí, Formiga, Salgueiro, Tabajaras/Caritos, Pavão/Pavãozinho/Cantagalo, Macacos, Chapéu Mangueira/Babilônia e São João. Foram realizadas, ainda, ações em Campo Grande e Largo da Carioca.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CRIATIVA

Mais do que incentivar o crescimento socioeconômico na cidade, a Prefeitura busca soluções que garantam uma economia criativa, solidária e justa. O objetivo da economia solidária é desenvolver o empreendedorismo de forma coletiva que beneficie não só o produtor, mas também as comunidades onde o negócio está inserido, valorizando a mão de obra e fornecedores locais.

Em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, a Prefeitura lançou, em 2009, o Programa CredAmigo, cujo objetivo é emprestar dinheiro, a juros baixos, para cadeias produtivas, mapeadas como potenciais negócios, tais como: alimentação, pequenos trabalhos artesanais e manuais, moda e negócios ligados à estética.

A soma dos projetos de microcréditos às políticas públicas tem feito a diferença em lugares com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), por exemplo. Desde o início do programa, já foram emprestados mais de R\$ 25 milhões. E para facilitar a venda dos produtos desenvolvidos, em parceria com uma instituição financeira pública, a Prefeitura disponibilizou, estrategicamente, na Praia de Copacabana, a Loja Rio Ecosol no Quiosque da Sustentabilidade que expõe os produtos feitos por mais de 250 empreendedores de economia solidária das comunidades do Rio de Janeiro.

Outro projeto, o Rio Ecosol, tem como objetivo promover uma inclusão produtiva. O projeto é responsável por mapear as práticas econômicas, inicialmente, em quatro territórios da cidade: Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Cidade de Deus e Santa Marta. Junto a esse levantamento, são promovidas oficinas de formação em economia solidária e comércio justo, fortalecendo os empreendimentos já existentes e fomentando a criação de novos empreendimentos e de redes produtivas.

VALORIZANDO O PRODUTOR LOCAL

A SEDES tem como princípio estimular o potencial produtivo local e além de capacitação, a Secretaria busca alternativas para expor e valorizar as atividades realizadas. Nesse sentido, foi organizado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, onde 180 produtores ligados à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) têm a oportunidade de ampliar mercado e clientela adepta a produtos cultivados sem agrotóxicos e defensivos agrícolas. Os produtores de plantas ornamentais da Ilha de Guaratiba também foram beneficiados com a Mostra Jardins do Rio, que estimulou as vendas e, ainda, fortaleceu a imagem de Guaratiba como um território das plantas ornamentais. A Mostra também proporcionou aos visitantes a oportunidade de aprofundar conhecimentos e práticas nos campos da botânica, da jardinagem e do meio ambiente e oficinas de arranjos florais e de plantas ornamentais.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

EMPREGO E RENDA				
Descrição das Metas	Unidade Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Garantir que a taxa média mensal de desemprego na cidade, em 2012 seja igual ou inferior a 68% da média das taxas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife.	%	69	88%	81,9
Assegurar que o rendimento médio mensal do trabalho na cidade, em 2012, esteja pelo menos 25% acima da média dos rendimentos nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife.	%	24	25	25
Garantir que, até 2012, pelo menos 60% dos trabalhadores na cidade estejam formalizados.	%	57	59	60,4
Garantir que 80% das solicitações de emissão de alvará para atividades de baixo risco (ambiental e sanitário) sejam atendidas, em até 3 dias, a partir de 2010.	%	67	>= 80%	91,9%

GARANTIA DE DIREITOS

O trabalho da Prefeitura é pautado pela construção de uma sociedade para todos, que depende de fatores básicos, como o acesso à saúde, à educação, à empregabilidade, à segurança, à cultura e ao lazer e esporte. Desenvolver estratégias e programas que garantam o mínimo desses direitos é um desafio, somado a outro ainda maior, que é a reinserção de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade nesse processo.

Para alcançar êxito, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) atua em sinergia com outras secretarias e órgãos municipais, na implementação de programas de assistência social que visam à garantia básica de alimentação e o resgate da autoestima dessas pessoas.

REDE SOCIOASSISTENCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem suas ações fundamentadas nos princípios da Constituição Federal, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os tipos de proteção social oferecidos pela Prefeitura do Rio estão divididos por níveis de complexidade - Básica e Especial - por meio dos Serviços, Programas, Projetos e Ações executados em nossas Unidades Públicas de Atendimento, localizadas nos territórios de Dez Coordenadorias de Assistência Social.

A estrutura da SMAS é formada por 48 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 16 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), 12 Conselhos Tutelares, aproximadamente três mil vagas em unidades de acolhimento para crianças, adolescentes, adultos e idosos, além de 160 vagas nas unidades especializadas no atendimento a crianças e adolescentes com dependência química.

CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA

Criado em 2010, o Cartão Família Carioca é um programa que visa reduzir a pobreza extrema na cidade, garantindo uma renda mensal complementar às famílias do programa federal Bolsa Família. O valor do benefício depende da renda mensal e do número de pessoas que compõem a família.

Dentro do Cartão Família Carioca, foi lançado, em 2011, o Programa Família Carioca em Casa, de responsabilidade da SMAS, para o acompanhamento das famílias beneficiárias, por meio de visitas domiciliares semestrais. O objetivo das visitas é diagnosticar a situação de risco social desses usuários e encaminhá-los para atendimento na rede socioassistencial da Prefeitura. Esse trabalho permite ainda, um mapeamento das principais necessidades das comunidades, para a formulação de políticas sociais mais eficientes e de maior impacto na vida das pessoas.

Em 2011, o Família Carioca em Casa realizou 62,5 mil visitas domiciliares para o atendimento de cerca de 420 mil pessoas. A meta para 2012 é de realizar outras 60 mil visitas.

COMBATE AO CRACK

A dependência química é uma realidade de muitas pessoas que vivem em situação de rua. As ações de enfrentamento ao crack, realizadas pela SMAS, vão além de oferecer acolhida e atendimento especializado para os usuários de drogas, pois também visam contribuir com a reinserção dessas pessoas na sociedade.

O trabalho de acolhimento é realizado por funcionários da SMAS, dentre psicólogos, educadores e assistentes sociais. Após o processo de identificação na polícia, todos os acolhidos são encaminhados para os abrigos da Rede de Proteção Especial da cidade. Os adultos vão para o abrigo de Paciência e as crianças e os adolescentes para a Central de Recepção Carioca. Os menores identificados com alto grau de comprometimento com a dependência química são conduzidos para tratamento em uma das quatro unidades de abrigo compulsório, onde são tratados todos os problemas ocasionados pela dependência, tais como desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis, problemas psicológicos, entre outros. Em seguida, esses jovens iniciam um processo de reinserção social e passam a ter contato com a área educacional, atividades esportivas, atividades lúdicas e reintegração à família.

Dentre as principais áreas de atuação conjuntas da SMAS, neste último ano, estão as comunidades do Jacarezinho, Parque União, Morro do Cajueiro, Manguinhos, Ilha do Governador, Favela da Patolinha, Central do Brasil, e outros pontos de consumo de drogas nos Bairros de Madureira, Irajá, Cachambi, Catete, Lapa, Tijuca, Vila Isabel e Lins de Vasconcelos.

Desde o dia 31 de março de 2011, quando a SMAS deu início às operações conjuntas com órgãos de segurança para o enfrentamento à epidemia do crack, foram promovidas 79 ações nas principais "cracolândias" do município. Ao todo, foram 3.762 acolhimentos, sendo 3.205 de adultos e 557 de crianças e adolescentes.

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Reduzir, em pelo menos 15%, a população carioca abaixo da linha de indigência, até o final de 2012, tendo como referência o ano de 2007.	%		3,6%	Dados indisponíveis, até o momento
Aumentar para 95%, até 2012, a cobertura do Programa Bolsa Família, tendo como referência o ano de 2008.	%	73	95%	103%

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE E LAZER

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) promove ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população carioca o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

Para realizar suas atividades, atualmente, a secretaria conta com 14 Vilas Olímpicas, dois Centros Esportivos, dois parques, um grêmio, 425 núcleos do Programa Rio em Forma Olímpico e 23 núcleos do convênio entre Ministério dos Esportes, Ministério da Justiça e a Prefeitura denominado PELC/Pronasci. Ainda conta com a parceria de outros órgãos da Prefeitura como a Secretaria Municipal de Educação, Obras, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Cultura, IplanRio e Instituto Pereira Passos.

Em 2011, os principais investimentos da SMEL se concentraram na construção de Vilas Olímpicas, Núcleos do Rio em Forma e aprimoramento do processo de gestão, fiscalização e monitoramento das Organizações Sociais (OS). Para os próximos anos, o desafio será inaugurar novas Vilas Olímpicas, assim como aumentar a capacidade de atendimento das existentes, ampliar os núcleos do Rio em Forma Olímpica, contribuir na detecção de talentos e apoiar o desenvolvimento e a prática do esporte no município, ofertando ao cidadão carioca aparelhos públicos com condições de atender a esta finalidade.

RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

ESPORTE E LAZER				
Descrição das Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Construir 100 quadras esportivas em praças e escolas municipais, até 2012.	Número de quadras	0	70	71
Concluir as obras das Vilas de Mato Alto, Vila Isabel e Caju, até 2010, e construir 4 novas vilas olímpicas, até 2012.	Número de vilas	0	5	2

PRONASCI

Criado em 2009, o PRONASCI tem como objetivo proporcionar oportunidades de reinserção social aos jovens em conflito com a lei ou em situação de vulnerabilidade social, encontrando, no esporte, a motivação para formação pessoal e social. O Projeto conta com a parceria do Governo Federal e visa diminuir o percentual de jovens em conflito com a lei, na faixa etária entre 15 e 24 anos. Em 2011, o projeto beneficiou 2.925 jovens, um investimento de R\$ 1.335 milhão.

RIO EM FORMA OLÍMPICA

O Rio em Forma Olímpica foi criado, em 2010, para disponibilizar atividades esportivas que fomentem a qualidade de vida, prioritariamente para crianças, jovens ou adultos. O projeto está focado em valores emocionais e educacionais, com capacidade de mobilização pelo esporte e o lazer.

Os núcleos estão sendo implantados em comunidades que dispõem de espaços físicos que comportem as atividades e também nas Escolas do Amanhã, onde os alunos avaliados pela última prova do MEC apresentaram baixo índice de desenvolvimento educacional. O Projeto oferece, de segunda a sexta, atividades esportivas, culturais, sociais, éticas e de saúde, todas instruídas por profissionais qualificados e registrados nos seus devidos órgãos de fiscalização.

Com investimento anual de R\$ 13.788 milhões, o projeto beneficiou 23.271 pessoas, em 2011.

DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO TURISMO

A Prefeitura do Rio de Janeiro entende que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento econômico, cultural da cidade, assim com a preservação e conservação do meio ambiente, beneficiando tanto os anfitriões como os visitantes.

A Prefeitura, por meio da Secretaria Especial de Turismo (Riotur), visa o desenvolvimento do turismo sustentável para recepcionar bem seus visitantes e, ao mesmo tempo, para que o turismo gere benefícios para a cidade e, principalmente, para seus moradores.

Os eventos mundiais como Rio+20, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, que serão sediados no Rio de Janeiro, impulsionaram investimentos da Prefeitura em diversas melhorias na cidade, principalmente em infraestrutura. Essa infraestrutura será um dos maiores legados que os referidos eventos deixarão para a cidade. Tais eventos também têm contribuído para uma ampla divulgação da cidade, especialmente no mercado internacional.

A expansão da rede hoteleira é outra iniciativa da Prefeitura para estimular as atividades turísticas. Além de atrair novos investidores, a iniciativa aumenta a oferta de empregos na cidade e estimula a preservação do meio ambiente ao exigir construções baseadas em conceitos sustentáveis. Para preparar e qualificar a mão de obra da cidade para atuar no turismo, a Riotur oferece cursos de capacitação e qualificação na área, como o “Rio Mais Hospitaleiro” que, em 2011, qualificou 4.000 prestadores de serviços de diferentes áreas do setor turístico.

A Prefeitura também apoia todas as formas de segmentação da atividade, tais como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo para deficientes, idosos, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) dentre outros, seja divulgando a cidade para cada público, seja dotando a cidade de infraestrutura necessária para atender a todos.

Ademais, a Riotur estimula ações de conservação e preservação do patrimônio natural e cultural da cidade, a revitalização de áreas naturais e urbanas degradadas e o tombamento de locais e bens naturais e culturais, dentre outros.

As principais ações da Riotur, em 2011, foram voltadas à captação e apoio a eventos, como Fórum Econômico Mundial, Jogos Mundiais Militares, *Preliminary Draw*, UFC Rio, Rock in Rio, dentre outros, revitalização do Sambódromo e do Terreirão do Samba e campanhas promocionais para o público LGBT, com elaboração de material de divulgação da cidade e com a participação em feiras e outros.

ATENÇÃO AO TURISMO SEXUAL

Atenta ao desafio de coibir o turismo sexual, a Riotur divulga o Disque 100, número nacional de denúncias da exploração sexual infantil, mantido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em suas campanhas publicitárias.

A Secretaria Municipal de Assistência Social também tem realizado campanhas contra a exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes e mantém um serviço de enfretamento a essa exploração em 14 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), onde há atendimento psicossocial e acesso à rede de serviços da Prefeitura a essas pessoas.

RESULTADOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PREFEITURA:

TURISMO				
Descrição da Metas	Unidade de Medida	Referência	Meta Estipulada para 2011	Resultado
Aumentar a taxa média de ocupação hoteleira para 70%, em 2012.	%	65,8	70	84,13%

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Diante da dificuldade em compilar todos os prêmios e reconhecimentos da Prefeitura no período de 2011, a relação, a seguir, não reflete a totalidade dos mesmos.

PRÊMIOS

- **PRÊMIO SER HUMANO:** A Comlurb recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH - RJ), com o case Criação e Gestão de Redes: Uma Estratégia para o Aprendizado, a Inovação e Soluções Criativas. A premiação tem o intuito de divulgar as melhores práticas de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.
- **WORLD TRAVEL GUIDE 2011:** O prêmio é um dos mais importantes do setor de turismo em termos globais e credita à festa de Réveillon, em Copacabana, o título de melhor do mundo.
- **10º FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINE NUEVA MIRADA PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE:** O episódio Planeta Molhado da série Detetives da Ciência da MultiRio foi premiado ao abordar a necessidade do uso racional da água, seu ciclo e por que ela está se tornando cada vez mais rara. O objetivo da série é apresentar os temas científicos de forma agradável e instigante, com linguagem que chama a atenção para a relação entre a ciência e a experimentação cotidiana.
- **III PRÊMIO BIBI VOGEL:** A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil ganhou o prêmio promovido pelo Ministério da Saúde para reconhecer o desenvolvimento de ações de proteção e apoio ao aleitamento materno desenvolvidas em 2009 e 2010.

RECONHECIMENTOS

- Classificação de Risco Moody's das finanças do Rio ao nível Grau de Investimento (*Investment Grade*) Baa2
- Classificação Risco Fitch das finanças do Rio ao nível Grau de Investimento (*Investment Grade*) BBB [2.10]

ÍNDICE REMISSIVO GRI (3.12)

● ATENDIDO

● PARCIALMENTE ATENDIDO

NA NÃO ATENDIDO

DESCRIÇÃO GRI	LOCALIZAÇÃO DO INDICADOR	ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
1.1. Declaração da Presidência	Página 4	-	●
2.1. Nome da organização	Página 12	Prefeitura	●
2.2. Principais marcas, produtos e/ou serviços	Páginas 12; 13	Prefeitura / Cidade	●
2.3. Estrutura operacional da organização, principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	Página 16	Prefeitura	●
2.4. Localização da sede da organização	Páginas 11; 12	Prefeitura	●
2.5. Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório	Página 11	Prefeitura	●
2.6. Tipo e natureza jurídica da propriedade	Página 12	Prefeitura	●
2.7. Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários)	Página 12	Prefeitura	●
2.8. Porte da organização	Página 12	Prefeitura	●
2.9. Principais mudanças no ano	Página 13	Prefeitura	●
2.10. Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	Página 79	Prefeitura	●
3.1. Período coberto pelo relatório	Página 7	-	●
3.2. Relatório anterior	Primeiro relatório	-	●
3.3. Periodicidade	Página 7	-	●
3.4. Dados para contato	Página 89	-	●
3.5. Definição do conteúdo	Página 8	-	●
3.6. Limite do relatório	Página 8	-	●
3.7. Escopo e limite do relatório	Página 9	-	●
3.8. Base para a elaboração do relatório	Página 8	-	●
3.10. Consequências de reformulações de informações	Primeiro relatório	-	●
3.11. Mudanças significativas	Primeiro relatório	-	●
3.12. Índice Remissivo GRI	Página 80	-	●

DESCRIÇÃO GRI	LOCALIZAÇÃO DO INDICADOR	ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
4.1. Estrutura de governança	Página 16	Prefeitura	●
4.2. Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	Página 18	Prefeitura	●
4.3. Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	A organização não possui estrutura de administração unitária.	Prefeitura	●
4.4. Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança	Página 25	Prefeitura	●
4.14. Relação das partes interessadas engajadas pela organização	Página 25	Prefeitura	●
4.15. Identificação das partes interessadas	Página 8	Prefeitura	●
4.16. Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	Página 25	Prefeitura	●
4.17. Principais temas e preocupações dos <i>stakeholders</i>	Páginas 8; 9; 25	Prefeitura	●

DESEMPENHO ECONÔMICO	ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
EC1. Valor econômico gerado e distribuído	Página 26	Prefeitura ●
EC2. Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas	Página 22	Prefeitura ●
EC4. Ajuda financeira significativa recebida do governo	Páginas 12; 28	Prefeitura ●

DESEMPENHO AMBIENTAL	ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
EN1. Materiais usados por peso ou volume	Páginas 30, 42	Prefeitura ●
EN2. Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	Página 53	Cidade NA
EN4. Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	Página 37	Prefeitura / Cidade ●

DESEMPENHO AMBIENTAL		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
EN5. Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Página 38	Prefeitura / Cidade	●
EN6. Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	Página 37; 38	Prefeitura / Cidade	●
EN8. Total de retirada de água por fonte	Páginas 40; 41	Prefeitura / Cidade	●
EN9. Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	Páginas 40; 41	Prefeitura / Cidade	●
EN10. Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	Página 41	Prefeitura / Cidade	●
EN11. Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Página 48	Prefeitura / Cidade	●
EN13. Habitats protegidos ou restaurados	Página 48	Prefeitura / Cidade	●
EN14. Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	Página 49	Prefeitura / Cidade	●
EN16. Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	Página 58	Cidade	NA
EN17. Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	Página 58	Cidade	NA
EN18. Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	Página 55	Cidade	NA
EN21. Descarte total de água, por qualidade e destinação	Página 41	Cidade	NA
EN22. Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	Página 51	Cidade	NA

DESEMPENHO AMBIENTAL		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
EN26. Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Páginas 41; 53; 55	Cidade	NA
EN28. Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Página 46	Cidade	NA
EN30. Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	Foram levantados dados especificamente de gasto de pessoal com proteção ambiental em 2011, a saber R\$ 2.053.486,24 com servidores da Coordenadoria de Proteção Ambiental (CPA) e R\$ 16.261.274,77 com demais servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e um adicional de R\$ 1.215.322,99 referente ao 14º. Salário devido ao Acordo de Resultados	Prefeitura	●

DESEMPENHO SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
LA1. Perfil dos trabalhadores	Página 31	Prefeitura	●
LA3. Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	Página 32	Prefeitura	●
LA8. Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	Páginas 34; 35	Prefeitura	●
LA10. Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional	Página 32	Prefeitura	●

DESEMPENHO SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
LA13. Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Páginas 31; 32	Prefeitura	●

DESEMPENHO SOCIAL - DIREITOS HUMANOS		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
HR4. Casos de discriminação e medidas tomadas	Página 33	Prefeitura	●

DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
S04. Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Página 34	Prefeitura	●

INDICADORES SETORIAIS - SETOR PÚBLICO		ABRANGÊNCIA	ADERÊNCIA GRI
Eficiência Administrativa. Descreva os resultados das avaliações de eficiência e eficácia dos serviços prestados pelo órgão público, incluindo as medidas tomadas para alcançar melhorias na prestação de serviços	A partir da página 24	Prefeitura	●
PA1. Descreva a relação com outros governos ou autoridades públicas e da posição do órgão público dentro da estrutura governamental	Página 21	Prefeitura	●
PA3. Identifique os aspectos para os quais a organização estabeleceu políticas de desenvolvimento sustentável	Página 21	Prefeitura	●
PA4. Identifique os objetivos específicos da organização para cada um dos aspectos listados em PA3	Páginas 21; 23	Prefeitura	●
PA5. Descreva o processo pelo qual os aspectos e objetivos estabelecidos nos indicadores PA3 e PA4 foram definidos	Página 23	Prefeitura	●
PA6. Detalhamento dos objetivos do PA4	Página 23	Prefeitura	●
PA7. Descreva o papel e engajamento das partes interessadas com relação aos itens divulgados no indicador PA6	Página 23	Prefeitura	●
PA8. Gastos brutos, discriminados por tipo de pagamento	Página 26; 27	Prefeitura	●
PA11. Descreva a política de aquisições do órgão público e como esta se relaciona com o desenvolvimento sustentável	Página 30	Prefeitura	●



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro** apresentou seu relatório “Relatório de Sustentabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro” (2011) para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação C.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 7 de junho de 2012

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 31 de maio de 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

TABELA DE SIGLAS

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ALE	Alvará de Licença para Estabelecimento
AP - 5	Área de Planejamento
APTR	Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro
ARERJ	Associação de Recicladores do Estado do Rio de Janeiro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRS	<i>Bus Rapid System</i>
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
BVRIO	Bolsa Verde do Rio de Janeiro
CADEGOM	Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana
CAI	Centro de Análise de Informações
CASS	Centro Administrativo São Sebastião
CCPC	Comissão Carioca de Promoção Cultural
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano
CEA	Centro de Educação Ambiental
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEDS	Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual
CET-RIO	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM	Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMA	Coordenadoria de Monitoramento Ambiental
CMDS	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
COMDEDINE	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COPPE-UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
ECO 92	Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
EOM	Empresa Olímpica Municipal
EPC	Equipamento de Proteção Coletivo
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETA	Estação de Tratamento de Águas
EVD	Valor Econômico Distribuído
EVG	Valor Econômico Gerado
FETRASCARGA	Federação dos Transportes de Cargas do Estado do Rio de Janeiro

FETRANSPOR	Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro
FPJ	Fundação Parques e Jardins
GBP	Gabinete do Prefeito
GEE	Gases do Efeito Estufa
GEO	Ginásio Experimental Olímpico
GEO-RIO	Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
GJ	Gigajoule (Unidade de Medida)
GM-Rio	Guarda Municipal
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IC	Empresa Municipal de Artes Gráficas - Imprensa da Cidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDE-RIO	Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio de Janeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANRIO	Empresa Municipal de Informática da Prefeitura do Rio de Janeiro
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRLF	Inspetoria Regional de Licenciamento e Fiscalização
ISSQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
LED	Diodo Emissor de Luz
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTCAT	Laudo Técnico de Condições de Trabalho
MAM	Museu de Arte Moderna
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
MRJ	Município do Rio de Janeiro
MRP	Mapas Rápidos Participativos
MULTIRIO	Empresa Municipal de Mídias
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
PADI	Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PEU	Projeto de Estruturação Urbana
PEV	Pontos de Entrega Voluntária

PGM	Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNSST	Programa Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho
PPRA	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
PREVI-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSF	Programa de Saúde da Família
PSO	Programa Sócio-Organizacional
RCL	Receita Corrente Líquida
RIO+20	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
RIO-Águas	Fundação Rio Águas
RIOCENTRO	Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
RIOFILME	Empresa Distribuidora de Filme S.A.
RIOLUZ	Companhia Municipal de Energia e Iluminação
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
RIO-URBE	Empresa Municipal de Urbanização
RIO-ZOO	Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro
RLR	Receita Líquida Real
SECONSERVA	Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos
SECT	Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia
SEDES	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário
SEDES	Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento
SEHID	Serviço de Hidrologia / Hidráulica
SEOP	Secretaria Especial da Ordem Pública
SEORH	Serviço de Outorga de Recursos Hídricos
SEPDA	Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais
SESQV	Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
SETUR	Secretaria Especial de Turismo
SIASG	Sistema Integrado de Serviços Gerais
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SIGERIC	Sistema de Gestão de Risco
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SMPD	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMSDC	Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

CRÉDITOS

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro agradece o comprometimento de todos os servidores e *stakeholders* internos e externos envolvidos na elaboração deste primeiro Relatório GRI de sustentabilidade. A participação de todos foi fundamental para a elaboração deste documento.

COORDENADOR DO RELATÓRIO GRI DE SUSTENTABILIDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Rosa

CONSELHO RELATOR

Casa Civil (CVL)

Pedro Paulo Carvalho Teixeira

Jean Caris

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC)

Carlos Alberto Muniz

Instituto Pereira Passos (IPP)

Ricardo Henriques

Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana (CADEGOM)

Sérgio Besserman

Secretaria Municipal de Fazenda (SMF)

Eduarda de La Rocque

Secretaria Municipal de Administração (SMA)

Paulo Jobim

Ana Paula Pereira

APOIO

Instituto Humanitare

CONSULTORIA GRI E TEXTO

Keyassociados

CONTATOS (3.4):

Rodrigo Rosa - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Endereço: R. Afonso Cavalcanti, 455 / 13º andar - Gabinete do Prefeito

Telefone: +55 21 2976-2815

E-mail: rodrigo.rosa@cvl.rio.rj.gov.br